

ANTONIO GOMES FILHO

**FORMAÇÃO CIDADÃ: OBJETO DO
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E A PRÁTICA
ESPORTIVA EDUCACIONAL DE QUALIDADE EM
JOÃO PESSOA – PARAÍBA**

Orientadora: Prof.^a Doutora Marisete Fernandes de Lima

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

Lisboa

2015

ANTONIO GOMES FILHO

**FORMAÇÃO CIDADÃ: OBJETO DO
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E A PRÁTICA
ESPORTIVA EDUCACIONAL DE QUALIDADE EM
JOÃO PESSOA – PARAÍBA**

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 16 de abril de 2015, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 527/2014, de 24 de março de 2014, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Arguentes:

Prof.^a Doutora Maria Neves Gonçalves - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Vogais:

Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador:

Prof.^a Doutora Marisete Fernandes de Lima – Universidade Federal de Paraíba - Centro de Educação

Co-orientador:

Prof. Doutor José Viegas Brás - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

Lisboa

2015

“O não reconhecimento dos (das) outros (as) como seres humanos e sujeitos de direitos demonstra, de modo abrangente, como as desigualdades sociais baseadas nas diferenciações de raça, etnia, gênero, idade, classe social e ideologia, impregnam sentimentos e relacionamentos entre os homens, produzem práticas de exclusão, modos de gerir políticas e serviços sociais, modos de governar” (ZENAIDE, 2001, p. 42).

Dedico este trabalho:

À minha irmã Maria das Graças Brito (*in memoriam*), pelo amor imensurável em todos os momentos.

Aos meus pais Antonio Gomes de Brito e Josefa Gomes de Brito (*in memoriam*), pelo carinho dedicado durante sua existência.

Às minhas filhas Pollyanna Christina, Isabella Moreira e Laura Nunes, pela alegria diária.

Aos meus irmãos e irmãs Maria do Desterro, Maria Aparecida, Maria das Dores, Josenildo, Adriano e André, pela confiança e incentivo.

Ao meu cunhado Dr. Batista Ramos (*in memoriam*), exemplo de companheirismo, amizade, amor, carinho e contribuição para a sociedade em geral através da medicina, além de não medir esforços e ser fonte de incentivo para a realização dessa etapa de minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, força maior do Universo, que me deu forças para a execução deste estudo em todas as suas etapas.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Marisete Fernandes, pela paciência, incentivo e dedicação demonstrados durante o período de confecção desta dissertação.

Ao meu Co-orientador, Prof. Dr. José Brás, pela sua contribuição para a conclusão desta obra.

Às minhas filhas Pollyanna Christina, Isabella Moreira e Laura Nunes, razão maior da realização do mestrado.

Ao meu sobrinho Rodrigo Augusto, pelo seu aporte para conclusão desta etapa.

À Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Tavares Zenaide, pela sua contribuição e dedicação durante toda a trajetória desta dissertação.

Às minhas amigas Maria Senharinha, Rosa, Petronila Mesquita, Fátima Herculano, e Lúcia Lemos pelo companheirismo e ajuda mútua durante nossa jornada.

Ao Prof. Dr. Wilson Aragão, que me ajudou e incentivou para alcançar essa meta.

RESUMO

O Programa Segundo Tempo, ação institucional, é tema da pesquisa, que tem como fim proporcionar o acesso de crianças, adolescentes de todo o país ao esporte educacional através da vivência e iniciação esportiva. Como recorte da pesquisa, foi escolhido o Programa Segundo Tempo do Município de João Pessoa, com o objetivo de analisar as contribuições das práticas esportivas educacionais à aquisição de comportamentos para a formação cidadã e melhoria da qualidade de vida. A pesquisa se caracteriza como descritiva exploratória de análise qualitativa e quantitativa. O tratamento estatístico dos dados quantitativos compôs o resultado juntamente com os dados qualitativos dos significados atribuídos pelos gestores, educadores e alunos dos Núcleos do Programa Segundo Tempo. Os resultados mostram que o programa tem alcançado seus objetivos, contribuindo, através da prática e da cultura do esporte, para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-Chaves: Cidadania; Esporte; Juventude.

ABSTRACT

The Second Half Program, an institutional action, is the research topic, which has the purpose to assure that children and adolescents across the country have access to educational sports through sports experience and initiation. As object of the research, the Second Half Program of the city of João Pessoa was chosen in order to analyze the contributions of educational sport practices to the acquisition of behaviors related to civic education and improvement of the quality of life. The research is characterized as descriptive and exploratory with qualitative and quantitative analysis. Statistical analysis of quantitative data composed the result in addition to qualitative data represented by the meanings assigned by managers, educators and students of the Second Half Program Centers. The results show that the program has achieved its objectives, contributing, by the practice and culture of sports, to the complete development of children and adolescents, as a factor of citizenship formation and improvement of their quality of life.

Keywords: Citizenship; Sports; Youth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Institucionalização do Esporte no Brasil (1937- 2009).....	32
Quadro 2:	Conhecimento acerca do tempo de criação do Programa Segundo Tempo.....	61
Quadro 3:	Existência de contrapartida do Estado ao Programa Segundo Tempo.....	62
Quadro 4:	Formas de repasse de recursos financeiros do Programa Segundo Tempo.....	62
Quadro 5:	Demandas do Programa Segundo Tempo.....	63
Quadro 6:	Características dos participantes do Programa Segundo Tempo.....	63
Quadro 7:	Critérios adotados para atendimento do Programa Segundo Tempo.....	64
Quadro 8:	Crianças atendidas pelo Núcleo do Programa Segundo Tempo.....	64
Quadro 9:	Escolas envolvidas no Núcleo do Programa Segundo Tempo.....	65
Quadro 10:	O Programa promove inclusão social do Programa Segundo Tempo.....	65
Quadro 11:	Fatores que dificultam a inclusão social do Programa Segundo Tempo.....	66
Quadro 12:	Pontos positivos do Programa Segundo Tempo.....	68
Quadro 13:	Pontos negativos do Programa Segundo Tempo.....	68
Quadro 14:	Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à interação social no Programa Segundo Tempo.....	70
Quadro 15:	Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à formação da cidadania.....	71
Quadro 16:	Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à melhoria da qualidade de vida.....	72
Quadro 17:	Contribuição do reforço alimentar para as crianças e adolescentes do Programa Segundo Tempo.....	73
Quadro 18:	Meio de informação do Programa Segundo Tempo.....	73

Quadro 19:	Tempo de trabalho no Programa Segundo Tempo.....	74
Quadro 20:	Processo de seleção da equipe técnica do Programa Segundo Tempo.....	74
Quadro 21:	Membros da equipe técnica do Programa Segundo Tempo.....	74
Quadro 22:	Práticas desenvolvidas no Programa Segundo Tempo.....	75
Quadro 23:	Resultados alcançados no Núcleo através do Programa Segundo Tempo.....	76
Quadro 24:	Escolas envolvidas nos Núcleos do Programa Segundo Tempo.....	76
Quadro 25:	Escolas envolvidas no Programa Segundo Tempo.....	77
Quadro 26:	Público atendido pelos Núcleos do Programa Segundo Tempo.....	77
Quadro 27:	Número de Crianças e Adolescentes atendidos pelos Núcleos do Programa Segundo Tempo.....	78
Quadro 28:	Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à interação social.....	78
Quadro 29:	Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à formação da cidadania.....	79
Quadro 30:	Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à melhoria da qualidade de vida.....	80
Quadro 31:	Promoção da inclusão social.....	81
Quadro 32:	Fatores que dificultam o Programa Segundo Tempo promover a inclusão social.....	81
Quadro 33:	Material esportivo para realização das atividades.....	82
Quadro 34:	Material suficiente para realização das atividades do Programa Segundo Tempo.....	82
Quadro 35:	Qualidade do material recebido no Programa Segundo Tempo.....	83
Quadro 36:	Contribuição do reforço alimentar para as crianças e os adolescentes do Programa Segundo Tempo.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Distribuição de alunos entrevistados nos dois Núcleos do Programa Segundo Tempo por nível escolar	84
Tabela 2:	Meio de conhecimento do Programa Segundo Tempo (múltiplas repostas) pelos sujeitos.....	85
Tabela 3:	Mudanças ocorridas após a participação no Programa Segundo Tempo.....	86
Tabela 4:	Mudanças ocorridas em relação à convivência com os sujeitos após a participação no Programa Segundo Tempo.....	87
Tabela 5:	Com relação ao ambiente das atividades, professor e material utilizado no Programa Segundo Tempo.....	87
Tabela 6:	Contribuição do Programa Segundo Tempo para a Inclusão Social.....	88
Tabela 7:	Reforço alimentar e sua contribuição para os participantes do Programa Segundo Tempo.....	89

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPDAC	Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MINEPS	Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e Esportes
MS	Ministério da Saúde
NED	Núcleos de Esporte Educacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRAC	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SNEED	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CIDADANIA E ESPORTE: Considerações Contextuais.....	17
1.1 CIDADANIA.....	19
1.2 EDUCAÇÃO E ESPORTE: Uma questão de cidadania e inclusão social.....	25
1.2.1 O esporte e o lazer como política pública.....	29
1.2.2 Políticas de inclusão social e educacional.....	32
1.2.3 Esporte e lazer como parte do processo educacional.....	40
2 O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO.....	45
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	46
2.1.1 Origem e Aspectos Fundamentais.....	47
2.1.2 Metas: compromissos definidos.....	49
2.1.3 Características formais do Programa Segundo Tempo.....	49
2.1.4 Atividades dinâmicas e ações propostas.....	52
2.2 O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM JOÃO PESSOA-PB.....	52
3 PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA	54
3.1 PROBLEMÁTICA	55
3.2 OBJETIVOS	55
3.3 METODOLOGIA	56
3.3.1 Tipo de pesquisa.....	56
3.3.2 População e amostra.....	56
3.3.3 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados.....	57
4 O ESPORTE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL: Resultados da Pesquisa.....	58
4.1 O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO.....	59
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	59
4.2.1 Análise das Entrevistas dos Gestores do Programa Segundo Tempo.....	60
4.2.2 Análise das Entrevistas da Equipe Técnica do Programa Segundo Tempo.....	72
4.2.3 Análise das Entrevistas dos alunos do Programa Segundo Tempo.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE.....	96

INTRODUÇÃO

O processo de inserção do esporte como política social por parte do Estado Brasileiro é muito recente. A educação física e o desporto foram conquistando institucionalidade enquanto política educacional ao longo do século XX, como parte do desenvolvimento político-econômico do país.

Foi através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 que, no Brasil, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, foi criada uma primeira divisão para tratar do esporte como questão de política educacional. Segundo informações do Ministério do Esporte, em 1978, esta divisão foi transformada em Secretaria de Educação Física e Desporto, assumindo caráter ministerial só em 1995.

Com o Ministério do Esporte, esse marco institucional na política nacional ensejou centralidade, promovendo o diálogo e a articulação entre os entes federativos. O esporte enquanto política pública no campo educacional se concretiza através de programas, projetos, ações envolvendo as diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

No bojo da política de democratização do esporte como parte do direito ao lazer, à educação e à saúde, o Programa Segundo Tempo, idealizado pelo Ministério do Esporte, destina-se à promoção da inclusão social, do bem-estar físico e mental, da saúde, do desenvolvimento intelectual e humano, assegurando o exercício da cidadania democrática. Esse processo democratiza o acesso à prática esportiva, por meio das atividades esportivas e recreativas, realizadas no contra turno escolar. O público desta política é composto por crianças e adolescentes expostos em situação de vulnerabilidade social.

Na política educacional, o interesse pelo esporte contempla a educação básica e superior, espaço institucional onde se situam as atividades universitárias de extensão, locus da pesquisa em tela. A escolha do tema sobre as contribuições das práticas esportivas educacionais do Programa Segundo Tempo no Município de João Pessoa, desenvolvido desde 2003, ocorreu em virtude de experiências profissionais vivenciadas na condição de educador físico na Universidade Federal da

Paraíba (UFPB), ações de ensino e extensão junto ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC). No decorrer dessa trajetória, constatou-se a função cidadã e pedagógica do esporte através do desempenho de atividades com diversos grupos sociais, em áreas de vulnerabilidade social, através de atividades de educação física escolar, com crianças, adolescentes, adultos e de diferentes segmentos sociais, a exemplo de entidades que atuam com programas sociais de inclusão de jovens (Clube do Menor Trabalhador, Instituto Daniel Camboni), sistema de educação (Projeto Paz nas Escolas e no Bairro), trabalhadores do campo (assentamentos rurais) e o sistema penitenciário (detentos em regime de semiliberdade).

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as contribuições das práticas esportivas educacionais do Programa Segundo Tempo, no Município de João Pessoa, para a formação cidadã e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes participantes. Como objetivos específicos, propôs-se: caracterizar os sujeitos da pesquisa em relação ao gênero, idade e escolaridade; verificar as práticas desenvolvidas; identificar os objetivos definidos e perseguidos no desenvolvimento do programa; verificar as condições de oferta das práticas esportivas educacionais; pesquisar as mudanças de comportamento a partir da participação nas atividades, tendo como referência o convívio, a integração social (familiar, escolar e comunitária), a saúde; e identificar a contribuição para a inclusão social dos participantes.

O projeto voltado para o esporte educacional é determinado por uma filosofia humanista de valorização e promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, considerando que tal oportunidade agrega qualidade à prática pedagógica, na medida em que possibilita alargar seus horizontes, enquanto processo de formação na construção de cidadãos íntegros e ativos. As práticas esportivas do Programa Segundo Tempo no Município de João Pessoa foram investigadas em dois Núcleos – Parque do Sol e Praça do Esplanada, tendo como sujeitos alunos, gestores e as respectivas equipes pedagógicas.

Adotou-se uma metodologia do tipo descritiva exploratória, considerando o objeto e os objetivos da pesquisa, sob uma perspectiva qualitativa e quantitativa. Enquanto a pesquisa qualitativa tratou dos significados atribuídos pelos gestores, educadores e alunos dos Núcleos do Programa Segundo Tempo, a análise

quantitativa focou o tratamento estatístico dos dados numéricos a respeito das características dos alunos.

O universo da pesquisa envolveu os gestores, a equipe pedagógica e os alunos atendidos em dois Núcleos do Programa Segundo Tempo - Parque do Sol e Praça do Esplanada.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo engloba as concepções teóricas de cidadania, política pública e inclusão educacional como fundamentos para leitura do problema de pesquisa. O segundo capítulo aborda a contextualização do Programa Segundo Tempo, tratando de elementos conceituais como origem, objetivos, diretrizes e ações programáticas. O terceiro capítulo apresenta a problemática, os objetivos e a metodologia da pesquisa. O quarto e último capítulo demonstra o percurso da pesquisa e os resultados do processo de sistematização e análise dos dados. As considerações finais registram as perspectivas decorrentes dos resultados obtidos.

1 CIDADANIA E ESPORTES: Considerações contextuais

O *status* legal compõe um dos elementos centrais da concepção contemporânea de cidadania. Benevides e Cortina (2006) apresentam uma perspectiva multidimensional de cidadania, nas dimensões: civil, política e cultural.

Os direitos de cidadania no Brasil no texto da Constituição Federal de 1988. Nesta, a cidadania é qualificada como princípio e fundamento do Estado Democrático de Direito:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político;

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de Representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Enquanto instrumento de afirmação da cidadania, a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 205, que trata do direito à educação, preceitua:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Como componente do processo de desenvolvimento, o esporte se insere no conceito constitucional de direito à educação, na medida em que objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo do cidadão para a vida em sociedade. Relacionando o esporte e o lazer com a educação, no “artigo 217 é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um” a norma constitucional preceitua seu fomento como obrigação do poder público. Partindo desta dimensão jurídico-normativa, expõe-se a conceituação de categorias teóricas que fundamentarão o trabalho de pesquisa - cidadania, inclusão social e educacional.

1.1 CIDADANIA

Historicamente, questões relacionadas à construção da concepção de cidadania têm sido objeto de reflexão de filósofos, sociólogos e historiadores, dentre os quais se destacam Platão, Aristóteles, Rousseau, Marshall, Boaventura, Cortina, Gadotti, Torres e Aloisio Teixeira, que contribuem com elementos relevantes para sua formulação enquanto categoria teórica relacionada ao exercício pleno dos direitos nas diversas abordagens contemporâneas.

Conforme Zizemer (2006, p. 18), as primeiras noções de cidadania surgiram na antiguidade, com a criação das cidades-estados pelos gregos, onde os cidadãos eram responsáveis pela (polis), exercendo direitos e deveres políticos, num regime democrático.

Aristóteles, filósofo grego, descreve a vida em algumas cidades-estados gregas e também qual seria o ideal de uma cidade e seus cidadãos. O homem é um ser social por natureza, por isso deve viver em contato com outras pessoas, ter atividades comuns, conviver. A cidade seria, primeiramente, a junção de famílias, formando pequenos povoados que, juntos, formam a cidade. O que caracteriza uma cidade é o fato de as pessoas terem algo em comum e se unirem com objetivos e interesses comuns, com a finalidade de viver melhor: “uma cidade é uma comunidade de clãs e povoados para uma vida perfeita e independente, e esta em nossa opinião é a maneira feliz e nobilitante de viver” (ARISTÓTELES, 1997, p. 94¹ *apud* ZIZEMER, 2006, p. 18). Para que a cidade seja efetivamente independente, ou seja, tenha todo o necessário para a vida, é preciso que tenha organização política, por isso tem um governo que Aristóteles chama constituição: “o governo em toda parte detém o poder e soberano sobre a cidade, e a constituição é o governo”. (ARISTÓTELES, 1997, p. 89 *apud* ZIZEMER, 2006, p.18). O governo é responsável pela justiça, educação, defesa e desenvolvimento da cidade. Deve ser direcionado ao interesse de toda a cidade e ao bem-estar dos cidadãos.

Para Aristóteles (1997, p. 78 *apud* ZIZEMER, 2006, p.18), “as pessoas tinham que ter algumas qualidades para que fossem consideradas cidadãs, e ser

¹ ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

cidadão dava direito a privilégios. [...] um cidadão integral pode ser definido pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas”. Ainda afirma que:

Cidadão, de um modo geral, é uma pessoa que participa das funções de governo e é governado, embora ele seja diferente segundo cada forma de governo; em relação à melhor forma, cidadão é uma pessoa dotada de capacidade e vontade de ser governada e governar com vistas a uma vida conforme ao mérito de cada um. (ARISTÓTELES, 1997, p. 78 *apud* ZIZEMER, 2006, p. 18).

Conforme Zizemer,

As pessoas que podiam participar da atividade política e social da cidade eram cidadãos, porém o direito à cidadania não era estendido às mulheres, às crianças, aos idosos, aos estrangeiros, aos escravos, aos assalariados (artífices), aos agricultores, aos pobres. O papel destes era prover as condições de vida melhor para os cidadãos, produzir a alimentação, fazer os trabalhos servis, pois o cidadão não deveria se ocupar com isso; com exceção das crianças e dos idosos, que, muitas vezes, não eram considerados cidadãos por serem muitos novos, ou muito velhos. Em alguns governos os idosos faziam parte do conselho político, aí eram cidadãos. O governo era planejado para o bem-estar dos cidadãos e para manter os seus privilégios (2006, p. 18-19).

O sociólogo Marshall (1963), em seu trabalho “Cidadania, Classe Social e Status”, aborda várias dimensões e elementos para se conceituar a cidadania no contexto do capitalismo industrial: o elemento civil, o político e o social. O autor chama de Elemento Civil a dimensão das liberdades individuais conquistadas ao longo do Século XVIII. O elemento político da cidadania, ampliado a partir do século XIX, refere-se à capacidade de participação na comunidade política. Para o autor, enquanto a cidadania nas cidades-estados gregas era fundada no status como privilégio hierárquico, hereditário e natural, no Moderno Estado Democrático a cidadania implica na extensão da dimensão política exercida através do Parlamento, dos Governos e dos Conselhos Locais. O elemento social conquistado ao longo do Século XX, ocorre o avanço dos direitos coletivos, a cidadania através do acesso à educação, às Políticas Públicas e aos direitos sociais, econômicos e culturais.

A Cidadania nas relações de mercado envolve liberdades com a perspectiva da igualdade no acesso dos benefícios sociais e da participação social. Entretanto, a sociedade capitalista se alimenta da exploração da força de trabalho e da

concentração da riqueza, exigindo dos segmentos excluídos a luta permanente em busca da igualdade, tencionando, cotidianamente, as relações entre sociedade, estado e cidadania democrática. No sistema capitalista, a grande maioria não tem acesso ao capital nem à riqueza produzida socialmente, gerando conflitos de classes sociais.

A Cidadania trata-se da condição ou dignidade de pessoa que, como membro de um Estado, se encontra no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política. Essa pessoa seria o cidadão pertencente a uma comunidade política (Estado, Polis, Civitas, República) usufrui direitos civis, políticos e sociais e desempenha deveres que a condição da cidadania exige. Pode-se dizer que somente é cidadão aquele que goza de direitos constitucionais e respeita as liberdades democráticas. [...] (FLORES, 2003, p. 25).

Pequeno (2003), como Marshall (1963), amplia a noção de cidadania para além da dimensão política. O sujeito de direitos, para se constituir em sujeito político e exercer a cidadania em sua amplitude, precisa se envolver nas lutas por direitos individuais e coletivos, assim como naquelas contra todas as formas de violências e opressões, sejam no plano estrutural, social e econômico, como no plano simbólico e cultural.

Ser cidadão significa possuir direito ao voto, à liberdade de expressão, à saúde, à educação, ao trabalho, à locomoção, à alimentação, à habitação, à justiça, à cultura, à paz, a um meio ambiente saudável, à felicidade. O desrespeito a tais direitos por parte do Estado, de Instituições ou pessoas, gera a exclusão, a marginalização e a violência. A violência surge quando o homem é tratado como coisa, como algo supérfluo ou sem importância. Ela é ainda produto da desigualdade social, da exclusão e do desencantamento do mundo (PEQUENO, 2003, p. 22).

Apesar dos avanços da cidadania, nem todas as pessoas nascidas num mesmo país, entretanto, tiveram o reconhecimento dos seus direitos básicos. A construção de uma consciência nacional é resultado do sentimento de pertencimento à comunidade de iguais. Daí a importância, para a cidadania, da relação entre igualdade de todos e liberdades individuais.

Cortina (2006) aborda como as teorias de cidadania se proliferaram ao longo da década de 1990, quando as sociedades sofrem a falta de adesão e o

individualismo cria uma perspectiva de cidadão solitário. Para a autora, existem diferentes tradições, como a republicana, a liberal e a democrática da cidadania. São várias as ênfases dadas pelas tradições, desde a dimensão civil, política, social e econômica. A dimensão intercultural reconhece uma multiplicidade de sujeitos.

No Brasil, a cidadania se revela de modo dinâmico, segundo épocas diferentes, envolvendo dimensões individuais e coletivas (GOHN, 1995). Em 1823, foi instalada a primeira Assembleia Constituinte, refletindo as lutas por liberdades individuais. Entretanto, sua dissolução resultou em resistências a exemplo da Confederação do Equador. A Constituição Imperial, outorgada em 1824, apesar do processo autoritário, reconheceu os direitos individuais, dentre eles a igualdade de todos perante a lei, e alguns direitos sociais, a exemplo da educação, adstrita, contudo, à instrução primária gratuita.

A cidadania enquanto elemento fundante da construção do Estado Moderno e das democracias impõe que o direito à educação seja parte relevante da construção social do cidadão. A preocupação com a educação para a cidadania, no Brasil, remonta à Constituição de 1823. Parece curioso que em pleno Império já se fizesse presente entre nós um conjunto de ideias em torno da universalização dos direitos, influenciada pelo coetâneo movimento da ilustração francesa. Embora esse avançado ideário tenha alcançado seu lugar na letra da lei, na realidade, ainda predominava entre nós a configuração de uma sociedade escravocrata e excludente, na qual apenas os homens livres e proprietários desfrutavam de direitos devido ao sistema censitário imperial. Esse sistema vigorou durante o Segundo Reinado e tinha sido definido pela Constituição de 1824, a qual assegurava o direito de votar e ser votado, participar da Câmara e do Senado, apenas àqueles cidadãos que se enquadrassem em determinados níveis de renda. Não obstante, tanto os constituintes de 1823, quanto os de 1824, preconizavam a disseminação de escolas, ginásios e universidades, bem como a garantia da gratuidade do ensino público, apesar de omissos no que diz respeito à matéria obrigatoriedade (BOTO, 1999).

A formação e as práticas de direitos podem oferecer oportunidades para desenvolver competências cidadãs. Nesse sentido, as atividades educativas formais e não formais requerem um conjunto de processos, modalidades e configurações educativas, envolvendo também, as atividades culturais e esportivas.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS, 1999, p. 89).

Nota-se, que os direitos civis universalizados pela liberdade individual estão diretamente ligados à cidadania quando propiciam estender velhos direitos concedidos à população como, por exemplo, o direito ao voto que, anteriormente, era privilégio das classes dominantes. Já o elemento político da cidadania advindo dos direitos acontece pela participação ativa nas comunidades locais e nas associações funcionais no exercício do poder político. O elemento social está ligado aos direitos de bem-estar econômico e social, se relacionam com a cidadania ao discutir os ensejos das políticas públicas em favor do bem-estar da sociedade, buscando transformação das desigualdades existentes.

Portanto, a cidadania é evidenciada como um conjunto de deveres e direitos do qual goza o indivíduo e que permite sua participação na vida política da sociedade, seja de forma direta ou indireta. Por meio desta, o sujeito é capaz de lutar por melhores condições de vida e por direitos fundamentais essenciais à pessoa humana como a liberdade, igualdade, propriedade, dentre outros.

Corrêa (2006, p. 217) afirma que:

A cidadania enquanto vivência dos direitos humanos é uma conquista da burguesia: direitos de cidadania são os direitos humanos, que passam a constituir-se em conquista da própria humanidade. A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos a ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente.

Percebe-se que a noção geral de cidadania no mundo tem se constituído numa conquista da própria humanidade, que tem a sua história marcada por diversas lutas em favor dos direitos humanos, buscando sempre o bem comum e visando ao compromisso com a boa qualidade de vida. Cada Estado, de acordo com a política interna, tem as leis gestadas a partir da participação da sociedade em todas as suas múltiplas forças e interesses, ampliando ou restringindo o exercício das dimensões da cidadania.

Para a socióloga e professora da Universidade de São Paulo Benevides (1994), a noção de direitos de cidadania está relacionada ao reconhecimento legal conquistado politicamente no plano jurídico e institucional de um país, sendo, portanto, direitos historicamente conquistados. Adotando essa abordagem, a Constituição Federal do Brasil de 1988 insere a educação como direito social, no Capítulo III, Art. 205, tendo como objetivo o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Como parte do direito à educação, o desporto conquistou reconhecimento no capítulo referente à Educação e à Cultura, em sua Seção III, nos níveis formal e não formal de ensino:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:
I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
II – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

O esporte se insere nos direitos sociais, na medida em que contribui para a melhoria da qualidade do ensino e a formação humanística. O esporte, na medida em que oportuniza o processo de desenvolvimento físico, mental, social e cultural, atende às necessidades básicas para o processo ensino-aprendizagem, assim como para o processo de socialização.

1.2 EDUCAÇÃO E ESPORTE: Uma questão de cidadania e inclusão social

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê que o ensino e a educação devem promover o respeito aos direitos e às liberdades e que todos são beneficiários, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

No Artigo XXVI a DUDH preconiza:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

A educação está presente em todas as manifestações do indivíduo, portanto, afirma Brandão (1995):

A educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Assim não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela ocorre e nem muito menos o professor é seu único agente. Existem inúmeras educações e cada uma atende a sociedade em que ocorre, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria.

Os conhecimentos e habilidades no processo educacional são transferidos para as crianças, jovens e adultos, com o objetivo de desenvolver o raciocínio dos alunos, ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade.

No Brasil, a educação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e contemplada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como forma de assegurar mecanismos de implementação dos compromissos sociais assumidos com a Nação. A principal meta do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), financiado pelo FNDE, é a promoção da educação básica de qualidade, assim como da educação profissional e da educação superior. As iniciativas do MEC devem chegar à sala de aula para beneficiar a criança com uma educação de qualidade. O PDE foi editado pelo Governo Federal, tendo como referência a visão sistêmica da educação, a sustentação da qualidade do ensino e a prioridade a educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394, dispõe:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II – educação superior.

Paulo Freire concebe a educação em vários níveis, a saber, educação para a autonomia, educação como forma de emancipação do indivíduo e como instrumento de libertação humana.

Conforme o autor, uma pedagogia da autonomia é fundamentada na “necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora.” (FREIRE, 1996, p. 15). Portanto, a autonomia dever ser conquistada e constituída a partir das decisões, das vivências e da própria liberdade, tratando-se de um atributo humano essencial, na medida em que está vinculada à ideia de dignidade. Defende-se que ninguém é espontaneamente autônomo, mas que a autonomia é uma conquista a ser alcançada. A educação deve proporcionar contextos formativos que sejam adequados para que os educandos possam ser autônomos.

Para Paulo Freire, a temática da autonomia ganha sentido sócio-político-pedagógico: autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, emancipando-se das opressões que restringem ou anulam sua

liberdade de determinação. Conquistar a própria autonomia implica, para Freire, em se libertar das estruturas opressoras.

O grande problema que se coloca ao educador ou à educadora de opção democrática é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida pela liberdade. Quanto mais criticamente a liberdade assuma o limite necessário tanto mais autoridade tem ela, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome (1996, p. 105).

Não há libertação que se faça por indivíduos marcados pela passividade. São necessárias conscientização e intervenção no mundo. A autonomia, além da liberdade de pensar por si e da capacidade de guiar-se por princípios que concordem com a própria razão, abrange a capacidade de realizar, o que exige consciência e proatividade, de modo que o ser humano passivo é a antítese do autônomo.

O papel da educação como forma de emancipação do indivíduo, na concepção de Paulo Freire, está intrinsecamente relacionado às influências que o educando sofre por viver em uma sociedade dividida em dominantes e dominados. Pretende-se discorrer sobre as ideologias inculcadas por essa sociedade elitista e demonstrar o quanto se faz necessária a educação como meio de libertação. Devem os educadores proporcionar uma alfabetização que não somente privilegie a decodificação dos signos, mas que enfatize a leitura do mundo do educando, que, antes de entrar na escola, já se sujeitou a inúmeras experiências em seu histórico existencial e, em virtude delas, traz sua vivência para a sala de aula. Esse tipo de Educação permite o desenvolvimento da socialização, da autoestima e do raciocínio crítico num contexto de leitura dentro e fora da sala de aula. É necessário, mediante esse tipo de Educação libertária, formar um cidadão mais consciente da realidade em que vive.

Duarte; Barbosa (2007), fazendo análise dos trabalhos de Freire (2001), pontifica:

É sabido que a Educação deve possibilitar: a alfabetização, as capacidades de aprendizagem, o desenvolvimento do raciocínio crítico, a criatividade e a ação no que diz respeito à transformação

social. Através de uma visão mais crítica podemos analisar e modificar nossa realidade.

Desta forma conformamos com Paulo Freire (2001) quando este afirma, em outras palavras, que a nossa postura enquanto educador deve ser consciente, pois somos intelectuais transformadores. Além disso, somos formadores de opinião, e, assim sendo, temos a obrigação de estimular o pensamento crítico em nossos educandos, assumindo assim uma opção política de forma coerente.

Devemos agir de forma vivificada nas práticas em sala de aula. Não podemos apenas criar magníficos projetos, devemos sim colocá-los em funcionamento na realidade onde vivemos.

Infelizmente muitos projetos criados nunca saem do papel. Exemplo disso é aqueles docentes tradicionais que trabalham em escolas em que a metodologia de trabalho é baseada no construtivismo. Ou seja, fazem um projeto bom, seja qual for o tema, somente para agradar a diretora, porém este projeto não se realiza e a sua ação em sala de aula é a de uma déspota. Consciente dessa nossa postura de formadores de opiniões, por meio de estímulo, da reflexão, da crítica e da troca de ideias. Devemos ter a consciência de que somos mediadores ou ainda mobilizadores que alavancam as mudanças sociais. Para tanto, devemos ter por base um viés filosófico educacional que leve em conta os aspectos epistemológicos que abordam o conhecimento de forma interdisciplinar e respeitam o tempo de cada aluno, conduzindo-o há uma compreensão não somente à leitura de palavras, mas, sobretudo à leitura de mundo. (2007, s.p).

Uma educação criativa e libertária ajuda o educando a entender-se e a perceber-se como cidadão criador, transformador do que o rodeia, postura que requer capacidade de refletir para agir com consciência. Ainda abordando Duarte; Barbosa:

Essa aprendizagem o conduz à reflexão, aos problemas comuns, à autonomia moral.

Não podemos, enquanto educadores libertários, permitir que o educando se contente apenas com a aquisição de palavras, mas sim com a aquisição de uma postura observadora; com voz crítica em seu cotidiano e em seus discursos. Essa educação libertária deve instigar o educando a aprender com vontade, de maneira significativa, de forma que ele sinta-se parte daquilo que está aprendendo: com pertinência, como um cidadão ativo. É preciso que o educando perca o receio de se colocar diante do mundo; de expressar suas necessidades e indignações (DUARTE; BARBOSA, 2007, s.p).

1.2.1 O esporte e o lazer como política pública

A educação é composta de várias etapas, como ensinar, instrui, treinar, domesticar e formar a autonomia do sujeito, considerando que o educando não é o objetivo de ensino, mais sim sujeito do processo, parceiro de trabalho, trabalho entre individualidade e solidariedade, portanto:

A educação é um meio de construção e reconstrução de valores e normas que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas. Numa educação ética, é preciso resgatar e incorporar os valores solidariedade, de fraternidade, de respeito às diferenças de crenças, culturas e conhecimentos, de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos (SIEGEL, 2005, p. 41).

A educação esportiva é parte da escolarização na medida em que é componente necessário para o desenvolvimento psicomotor, socioafetivo, cívico e ético.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, editada em 09 de Março de 1990, em Jomtien, apresenta uma concepção ampla e multidimensional de educação ao longo da vida, qualificando a incorporação do esporte como questão de política educacional. A declaração enfatiza a necessidade da educação compreender e satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, a fim de que os seres humanos possam não só assegurar sua sobrevivência, como também o desenvolvimento de suas potencialidades cognitivas, físicas, mentais, culturais e sociais.

Art. 1. 1 Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (UNICEF, 1990).

Nessa linha de raciocínio, a prática da educação física na escola abrange a psicomotricidade, o esporte, o lúdico, o socioafetivo e o lazer. Nesse sentido, envolve habilidades de raciocínio, aptidões e valores necessários para o processo de crescimento e desenvolvimento físico, mental, socioafetivo e cultural.

As atividades e programas de esporte no contexto escolar e comunitário, por suas abordagens ativas e participativas, são valiosos para o desenvolvimento das necessidades gerais dos estudantes e criação de um ambiente adequado de aprendizagem. Preceitua a Declaração de Jomtien, no seu artigo 6º:

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente, e esta interação deve ser usada para criar, em benefício de todos, um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração (UNICEF, 1990).

Se entendermos a inclusão social como processo de reconhecimento das pessoas como sujeitos de dignidade e outros direitos, o acesso à educação física contribui para a inclusão social por oferecer oportunidades de inserção de crianças e adolescentes nos serviços públicos de esportes e assim promover situações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, bem estar social e convivência social e comunitária.

O Plano Nacional de Educação (1996), dentre as diretrizes para o Ensino da Educação Fundamental e Média, assegura “espaços para o esporte e recreação”. A responsabilidade do Estado para com as políticas de esporte no Brasil é um processo recente. Iniciou-se nos anos trinta com a primeira medida institucional de divisão do quadro do Ministério da Educação. Somente na década de noventa é que o esporte conquistou *status* de política pública, a partir da criação de uma secretaria especializada vinculada à Presidência da República.

A Política Nacional do Esporte está formulada com base no artigo 217 da

Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.615, de 24/03/1998, que a regulamenta; no Decreto Federal nº 2.574, de 29/04/1998; na Lei nº 9.981, de 14/07/2000, que alterou dispositivos da Lei nº 9.615/1998, e na Lei nº. 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Pelos recortes da história de institucionalização do esporte como política pública no Brasil, constantes no quadro 1, é possível observar dados sobre a criação de leis e setores especializados com a incumbência de coordenar o plano nacional a ele relativo. O processo de institucionalização do esporte começa em 1937, vinculado à política educacional por cerca de 50 anos. O processo de desvinculação começa entre 1990-1992 e, em 1998, através da criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, culmina na criação do Ministério Extraordinário do Esporte (INDESP). Através da Medida Provisória nº 1.794, de 31 de dezembro de 1998, criou-se o Ministério do Esporte e Turismo. Em 2000, substitui-se o INDESP pela Secretaria Nacional de Esporte, ocorrendo, em 2003, a separação das duas pastas de esporte e turismo.

Quadro 1: Institucionalização do Esporte no Brasil (1937- 2009)

LEIS	OBJETO
Lei nº 378, de 13/01/1937	Criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde
1970	Alteração da Divisão de Educação Física para o Departamento de Educação Física e Desportos
1978 – 1989	Secretaria de Educação Física e Desporto
1990	Criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República
1992	Retorno ao Ministério da Educação como Secretaria de Desporto
1995 - 1998	Criação do Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, tendo Edson Arantes do Nascimento - Pelé - como o primeiro Ministro com apoio técnico e administrativo da Secretaria de Desportos do Ministério da Educação.
1998	Transformação da Secretaria de Desportos do Ministério da Educação em Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, desvinculado do MEC e subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte (INDESP).
Medida Provisória nº 1.794, de 31 de dezembro de 1998	Criação do Ministério do Esporte e Turismo
Outubro de 2000	Substituição do INDESP pela Secretaria Nacional de Esporte
Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003	Separação das pastas, em Ministério do Esporte e Ministério do Turismo.

Fonte: Ministério do Esporte - 2009

O Ministério do Esporte tem como missão institucional construir uma Política Nacional de Esporte que promova a “inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano”. O Conselho Nacional do Esporte (CNE), enquanto órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, e como parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, atua no controle social de sua gestão.

O Ministério do Esporte dispõe da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor para gerenciar os programas e ações da pasta.

São programas da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social: Programa Segundo Tempo, Mais Educação, Recreio nas Férias, Esporte e Lazer na Cidade, Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte, Jogos Indígenas, Pintando a Liberdade, direcionado à população carcerária, Pintando a Cidadania, voltado ao emprego de pessoas em situação de risco social em fábricas de material esportivo como estratégia de ingresso no mercado de trabalho, além dos Projetos Esportivos Sociais em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A inserção do esporte em áreas de vulnerabilidade social tem sido instrumento de programas de prevenção à violência e promoção da cidadania, tais como Paz nas Escolas, Ética e Cidadania, Esporte à Meia Noite, Policiamento Comunitário, Campeonatos de Esporte pela Paz, Programa de Desenvolvimento e Apoio Comunitário, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronaspi), dentre outros.

1.2.2 Políticas de inclusão social e educacional

A perspectiva da “inclusão social” pela Política Nacional do Esporte objetiva a superação dos indicadores sociais existentes com vistas à construção de uma vida plena e digna de sujeitos de direitos. A conquista, pelo conjunto da sociedade, do acesso a serviços e ações de promoção do esporte pelo Estado Democrático de

Direito pressupõe a presença de um poder público promotor de igualdade social. Tal compromisso confirma-se nos projetos sociais esportivos em desenvolvimento no âmbito do Ministério do Esporte, que busca atender desde a criança até o idoso, proporcionando-lhes atividades diferenciadas e integradas, que abrangem variadas manifestações esportivas, mantendo, como preceitos fundamentais, a “cidadania”, a “diversidade” e a “inclusão” (BRASIL-ME, 2005). Essa perspectiva considera que o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano.

Embora importantes organismos internacionais concebam o esporte como direito e as normas constitucionais vigentes no Brasil assim o considerem, este é frequentemente negado, principalmente às camadas sociais de baixa renda. Reconhecida sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, a garantia ao esporte, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados, constitui-se num poderoso instrumento de inclusão social e de ampliação de suas possibilidades futuras. Essa política torna-se concreta a partir de fortes iniciativas do Estado nessa área.

O acúmulo de experiências sobre ações e programas consolidados pelo Ministério do Esporte permite demonstrar resultados visíveis sobre o combate à exclusão. Entre esses programas, destaca-se o Programa Segundo Tempo, que tem atuado diretamente com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, com foco na prevenção de riscos à saúde e de atos de violência. Além disso, tem possibilitado o acesso ao conhecimento, à cultura, à prática esportiva e ao reforço alimentar, desenvolvendo os valores mais elevados de autoestima, confiança e tolerância dos alunos de escolas públicas e de outras instituições não governamentais.

O reconhecimento dessas iniciativas pela Organização das Nações Unidas tem conferido ao Brasil destaque internacional na área do esporte e do lazer. Nessa mesma linha, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, balizado pelo Estatuto da Cidade, atua na maioria dos estados brasileiros, consolidando o esporte e lazer como direitos sociais, destinando-se a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, ME, 2005).

Conforme a Política Nacional do Esporte, “A grande expansão das práticas esportivas no Brasil está visível no crescente número de praticantes formais e não formais de esportes, em eventos esportivos e de profissionais que ocupam o espaço no trabalho relacionado ao fenômeno esportivo, como também de cientistas que direcionam seus estudos nas questões esportivas, com a indústria comprometida com equipamentos e materiais esportivos, com divulgação da mídia (TVs, rádios, jornais, sites, bancos de dados, etc...) das modalidades esportivas praticadas no país, e das instalações esportivas espalhadas pelo território brasileiro e por muitos outros fatos (BRASIL, 1999, p. 6).

Esta expansão quantitativa pode ser explicada principalmente por:

- a) crescimento demográfico do país;
- b) desenvolvimento socioeconômico;
- c) proliferação da mídia específica (inclusive pelos meios internacionais da mídia);
- d) busca de entretenimento e qualidade de vida pelo homem contemporâneo;
- e) mais consciência e conhecimento do valor do esporte (BRASIL, 1999, p. 6).

Em que pese esta expansão, determinadas desigualdades quanto à prática esportiva no território nacional ainda persistem, embora, em alguns casos, tenha diminuído. A desigualdade de prática esportiva no país acompanha o mapa de desigualdades socioeconômicas. Ocorrem, ainda, desigualdades específicas em relação às modalidades esportivas. Em cada um dos esportes existem desproporções nos processos de “fomento, iniciação esportiva, prática esportiva feminina” (BRASIL, 1999, p. 6).

Com a reformulação do Esporte Brasileiro (1995) e a Constituição Federal do Brasil de 1988, as formas de exercício deste direito fundamental alcançam o esporte educacional, o esporte escolar, o esporte-lazer e o esporte de rendimento. A abrangência deste esporte vem desde a infância chegando à terceira idade, passando pela adolescência, juventude e idade adulta. Como é direito de todos, evidentemente que existem práticas organizadas institucionalmente e práticas não formais também para as pessoas com necessidades especiais.

A principal característica do esporte brasileiro é a pluralidade de modalidades. Interessante é que esta pluralidade ou diversidade ocorre nas quatro manifestações (esporte educacional, esporte escolar, esporte-lazer e esporte de

rendimento), o que está expresso em quadros circunstanciais diferentes. O esporte educacional, muitas vezes, é entendido, equivocadamente, como uma reprodução do esporte de rendimento no ambiente escolar. Recordando-se que o esporte educacional deve estar referenciado em princípios socioeducativos e consubstanciar-se em componente do processo educativo para a formação da cidadania, observa-se que, nos estados e municípios brasileiros, existem poucos exemplos de sua prática. São mais comuns competições estudantis de rendimento, conhecidas como esporte escolar, porque representam uma possibilidade de ocupação futura de espaço profissional na respectiva modalidade. Lamenta-se o fato de que as oportunidades de prática esportiva escasseiam para aqueles que não possuem talento ou biótipos adequados para o esporte de alta *performance*. Com isto, muitos não vivenciam, nas escolas, as práticas esportivas que contribuem para a formação da cidadania. Não obstante, existem várias experiências vitoriosas de esporte educacional no país, desde o final da década de 1980 (BRASIL, 1999, p. 7).

A Educação Física apresenta-se com amplas possibilidades de desenvolver a dimensão psicomotora dos alunos, conjuntamente com os domínios cognitivos e sociais, aumentando suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, aprimorando-os como seres humanos.

A Declaração de Punta del Este, publicada no informe final da Terceira Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Encarregados da Educação Física e do Esporte (MINEPS III), promovida pela UNESCO, no seu art. 2º, reiterou a importância da Educação Física e do Esporte como elemento essencial e parte integrante do processo de Educação Permanente e de desenvolvimento humano e social. Ainda estabeleceu a Educação Física e o Esporte como direitos fundamentais das crianças e jovens do mundo e reconheceu que são meios essenciais para a qualidade de vida, a saúde e o bem estar de todas as pessoas.

O Esporte Educacional está conceituado pelo art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.615, que instituiu normas gerais sobre desporto, como aquela manifestação esportiva praticada nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de Educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

O Esporte Educacional é referenciado em princípios sócio educativos, como os princípios da inclusão, da participação, da cooperação, da coeducação, da corresponsabilidade, e outros, e está consolidado como prioridade de recursos públicos no art. 217, da Constituição Federal de 1988.

O Esporte Escolar, diferentemente do Esporte Educacional, embora tenha pontos comuns ao incorporar objetivos educativos, é aquele disputado nos ambientes escolares com os mesmos códigos e regras do esporte de competição de adultos, privilegiando os jovens de mais habilidade esportiva, inclusive, oferecendo condições para que desenvolvam suas potencialidades, sem descuidar da formação para a cidadania.

A LDB estabelece a Educação Física como componente curricular da Educação Básica, e a promoção do Esporte Educacional e das práticas esportivas não-formais está compreendida no seu art. 27, inciso V, que permite a interpretação de que a Educação Física e o Esporte Educacional pelo art. 70, Incisos II, III, V e VII têm a aquisição e manutenção de material contemplados, quando efetuados em ambiência escolar.

De acordo com o Manifesto Mundial de Educação Física FIEP 2000, editado pela Federação Internacional de Educação Física, a Educação Física é indicada como um direito de todos e que a LDB apenas prescreve pelo § 3º do art. 26 que a Educação Física deve estar integrada à proposta pedagógica da escola, como componente curricular da Educação Básica, sendo facultada ao ensino noturno.

As ações nas escolas devem ser regidas, em síntese, pelas seguintes diretrizes:

1. A Educação Física, como direito de todos, deve ser obrigatória no ensino fundamental e médio, inclusive nos cursos noturnos;
2. O Esporte Educacional, pela sua relevância conceitual e como meio de desenvolvimento integral dos indivíduos e para a sua formação de cidadão, deve ser promovido em todo território educacional através de campanhas e programas específicos;
3. O Esporte Escolar deve ser implementado por um Programa Nacional do Esporte Escolar, que atinja todos os estados brasileiros, fomentando desde as competições escolares municipais até as nacionais. Este programa deverá ainda propiciar diagnósticos (municipais, estaduais e nacional), publicações de esclarecimento e integração com as comunidades;

4. As ações de Educação Física, Esporte Educacional e Esporte Escolar deverão apresentar programas específicos com adaptações, inclusive, de instalações e agrupamentos, aos portadores de deficiências físicas;
5. O Esporte, como questão de Estado, deve propiciar, no ambiente escolar, a consecução de parcerias entre segmentos do governo para que a juventude brasileira tenha a oportunidade de obter os seus benefícios;
6. Na construção de novas escolas no país deverão constar de instalações e espaços esportivos para a Educação Física, Esporte Educacional e Esporte Escolar;
7. O Esporte Comunitário, como uma manifestação de democratização das oportunidades de práticas esportivas, deve ser fomentado por um Programa Nacional de Esporte Comunitário (BRASIL, 1999, p. 29).

No Brasil, o jovem do campo e da cidade tem vivido processos de exclusão social. Sem acesso aos direitos sociais básicos, como o primeiro emprego, a cultura, o esporte e o lazer, tem sido presa preferencial do crime organizado e da economia das drogas. Sem oportunidade de assegurar sua cidadania, sem domicílio fixo, abandonando a escola como espaço de mobilidade social, passa a ser vítima da criminalidade.

A preocupação com a extrema pobreza, com a crise do emprego, com a exacerbação da violência criminal e dos conflitos sociais, tem forçado os Estados e organismos internacionais e nacionais a desenvolverem programas de inclusão social com o objetivo de reduzir os impactos das desigualdades na vida das comunidades em situação de maior vulnerabilidade.

A promoção de programas de inclusão social em países como o Brasil, de graves índices de desigualdades social, que não alcançaram padrões de acesso aos direitos sociais, procura, através dos programas de inclusão social, reduzir os efeitos dos fatores que produzem a exclusão social, no sentido de reverter essa situação, o que pode ser feito mediante várias iniciativas. No tocante a inclusão social a UNESCO entende ser a educação um dos principais fatores para redução da pobreza (RECUERO, 2008).

A inclusão social, nesse contexto marcado por desigualdades sociais, é uma das estratégias das políticas públicas alcançarem parcelas da população em estado de exclusão social, promovendo, mesmo que parcialmente, os direitos sociais, como saúde, educação, geração de renda, esportes, cultura, dentre outros.

As referências usualmente feitas de inclusão no campo da educação consideram as dimensões pedagógica, cultural e legal da prática educacional. No entanto, uma importante ampliação da discussão sobre os caminhos das políticas públicas para a inclusão escolar é a consideração do contexto em que se pretende uma sociedade inclusiva. As instituições educacionais, organizadas para estabelecer modelos de relações sociais, reproduzem com eficiência os padrões hegemônicos. Trata-se de um lugar legitimado socialmente, onde se produzem e reproduzem relações de saber-poder, como já teorizado por Foucault (1987). Nestas instituições, a lógica das classificações foi necessária para o controle e a regularização para a disciplina necessária à produção de corpos dóceis e produtivos voltados para a ordem e o progresso econômico.

Daí pode advir a ideia de que a escola, como mais um equipamento de disciplinamento social, não foi concebida para ser inclusiva, mas para ser instrumento de seleção e capacitação dos “mais aptos” selecionados à mobilidade social. A efetivação de uma educação inclusiva neste contexto secular não vem sendo uma tarefa fácil. Não menos desprovida de dificuldades é a tarefa de um Estado que intenta organizar uma política pública que, como tal, empenha-se na busca de um caráter de universalidade, garantindo acesso a todos os seus cidadãos às políticas que lhes cabem por direito.

A inclusão fundamenta-se na concepção de diferenças, algo da ordem da singularidade dos sujeitos que acessam esta mesma política. Uma sociedade plural como a brasileira, em que as diferenças socioculturais são constitutivas da identidade social, promover a igualdade através da inclusão social significa reconhecer que as desigualdades atingem diferentemente mulheres, crianças, idosos, principalmente quando agregam outros fatores como cor, idade, presença de deficiências, etnias e outros.

As políticas de inclusão, no campo da educação, procuram superar uma herança de marginalização e exclusão em que muitos brasileiros foram afastados do direito à educação. Tal processo parece ampliar as discriminações e, com elas, as violações de direitos que até hoje perduram em desfavor do pobre, do nordestino, do favelado, da prostituta, do homoafetivo e do analfabeto.

A discriminação contra indivíduos e grupos em condição social de

subalternidade é tão frequente que, historicamente, tornou-se necessária a publicação de documentos legais que tratam do tema. Várias são as Declarações e Convenções, a exemplo da Convenção Internacional Contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Social (ONU, 1968), que definem a discriminação como violação de direitos, ao mesmo tempo em que conclamam os Estados a adotarem medidas de enfrentamento e prevenção. A discriminação racial, por exemplo, é definida pela Convenção como:

Qualquer exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos, e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômicos, social, cultural ou qualquer outro domínio da vida pública. (ONU, 1968).

As políticas de inclusão procuram aproximar a escola ou os serviços sociais dos setores socialmente isolados e excluídos, como indígenas, quilombolas, pessoas do campo, jovens negros da periferia e pessoas com deficiências. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e inter setoriais”.

Reconhecer as diferenças na direção de respeitar e promover inclusão implica em desenvolver políticas que promovam a cidadania efetiva de pessoas através da educação, do esporte, da cultura, compatibilizando a tensão entre igualdade e respeito à diversidade. Como exemplos dessa perspectiva, a SECADI tem promovido programas e ações, como: Brasil Alfabetizado, Escola que Protege, Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior, Projovem Campo – Saberes da Terra, Educação Indígena, Rede de Educação para a Diversidade, Programa de Educação em Direitos Humanos, Procampo, Programa Escola Acessível, Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, Programa BPC na Escola, Educação nas Prisões, dentre outros.

O desafio é como superar os mecanismos de classificação e seleção que historicamente contribuíram para reduzir o acesso à educação de pessoas que sofreram processos de exclusão social por razões econômicas, socioculturais, físicas, mentais, dentre outras.

O Programa Pintando a Cidadania também se insere na perspectiva da inclusão social, considerando que se propõe a qualificar a partir de cursos e inserir pessoas consideradas em situação de risco social no mercado de trabalho, mediante a produção de materiais esportivos.

O esporte volta-se para muito mais do que o desenvolvimento das capacidades físicas da pessoa humana, contribuindo também para o desenvolvimento mental e social (FERREIRA, 1986, p. 708). O esporte apresenta-se como uma prática que, utilizada de forma qualitativa, pode não só ocupar o tempo ocioso dos jovens, como gerar formas de sociabilidades não violentas numa sociedade marcada por desigualdades e exclusão. O esporte é fator de prevenção à violência, por desenvolver processos de controle da agressividade e assim contribuir para o crescimento e o bem estar geral, além de proporcionar atividades competitivas necessárias ao processo de aprendizagem socioafetiva, já que a convivência social e comunitária também precisa ser considerada na fase de desenvolvimento, envolvendo perdas e ganhos.

1.2.3 Esporte e lazer como parte do processo educacional

O esporte e o lazer estão sob a responsabilidade direta dos estados e municípios, pois alcançam a generalidade das pessoas e ligam-se, invariavelmente, à disponibilidade de instalações e equipamentos, além da formulação de programas e campanhas. Encarados sob este prisma, integram o que se convencionou denominar de Esporte Comunitário.

Atualmente, no Brasil, alguns governos estaduais também apresentam ótimos programas de esporte e lazer, para os quais a participação e o prazer são fundamentais. A mudança de hábitos das pessoas para que incorporem em suas culturas individuais as práticas esportivas tem sido estimulada, com ênfase, em todo o país, através de campanhas esclarecedoras, algumas com excelente eficácia. As

experiências municipais evidenciam que somente a existência de instalações e equipamentos ainda não é suficiente para a adesão das populações aos programas de esporte comunitário ou popular. Programas e campanhas consistentes são imprescindíveis (BRASIL, 1999, p. 8).

O lazer é um fenômeno moderno, que emerge em decorrência do desenvolvimento do modelo de produção fabril (para resumir, a criação das fábricas nas décadas finais do século XVIII). É uma consequência da Revolução Industrial. Muito embora no decorrer da história sempre existiram atividades relacionadas à diversão, somente quando a jornada de trabalho se torna artificializada, bem definida diariamente (com hora de entrada e saída), é que podemos identificar o surgimento de um tempo disponível que se estabelece a partir da sobra não só da rotina de trabalho, como também de outras tarefas domésticas cotidianas (cuidar de filhos, resolver problemas de casa, etc.). Observamos que as atividades de lazer são vivenciadas no tempo livre das obrigações, do trabalho, das atividades domésticas e religiosas e das necessidades. O Programa Segundo Tempo funciona no contra turno escolar, durante o tempo livre das obrigações escolares, inexistindo preocupação quanto à formação profissional, portanto, insere-se, também, no conceito de lazer.

A perspectiva da inclusão também está presente no Ministério do Esporte. Na ação “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, o Ministério do Esporte tem promovido iniciativas científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que ofereçam subsídios para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

Outra modalidade de ação inclusiva através do esporte são os “Jogos dos Povos Indígenas”, que em 2011, já se encontra na 11ª edição, recebendo lideranças e observadores indígenas da Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Equador, EUA, Guiana Francesa, Peru e Venezuela. Os jogos propõem promover a cidadania indígena, reconhecendo as tradições das culturas autóctones, seu inter-relacionamento, o respeito às diferenças, o conhecimento da diversidade cultural e étnica, o intercâmbio das manifestações esportivas e culturais de cada povo indígena. A programação envolve cerca de 1.300 indígenas, de aproximadamente 35 etnias, vindas de todas as regiões do país.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) propõe, nos seus objetivos:

[...] ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social (BRASIL, 2009, p. 46).

O PELC tem como eixos centrais:

1. Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.
2. Funcionamento da Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e fomento à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e do lazer.
3. Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer, que prevê a construção e reforma de equipamentos, ação executada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte (BRASIL, 2009, p. 46).

Outra ação de inclusão social por meio do esporte é o Programa Pintando a Liberdade, realizado com os internos do Sistema Penitenciário envolvendo a profissionalização, a geração de renda e a fabricação de materiais esportivos, com vistas à remissão da pena na proporção de um a cada três dias trabalhados. Esta ação envolve o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça. O material produzido (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) é utilizado junto à rede de núcleos dos programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer na Cidade, no sistema de ensino, além de entidades sociais do país e do exterior, contribuindo com a ressocialização de apenados através do trabalho.

De acordo com Melo, Bretãs e Monteiro, o conceito de lazer conjuga dois parâmetros, um mais objetivo, de caráter social (o tempo); outro mais subjetivo, de caráter mais individual (o prazer). As atividades de lazer são caracterizadas por três aspectos, explicitados da seguinte forma:

As atividades de lazer são culturais, em seu sentido mais amplo.
Não se trata somente de atividades artísticas (ainda que essas

sejam uma parte importante a ser considerada); englobam, inclusive, os diversos interesses humanos, as diversas linguagens. Portanto, considerando o Programa Segundo Tempo, temos em conta que o enfoque do lazer pode trazer um rico campo de possibilidades para vivenciar o esporte em seus sentidos mais amplos, não só buscando diálogos possíveis com diversas manifestações, como também entendendo o fenômeno esportivo em si enquanto uma função cultural. (MELO; BRETÃS; MONTEIRO, 2009, p. 49).

Observamos que as atividades de lazer são vivenciadas no tempo livre das obrigações, do trabalho, das atividades domésticas e religiosas e das necessidades.

De acordo com Dória; Tubino (2005, p. 82):

O Esporte Educacional é um direito de todos os jovens, na infância e na adolescência. Ele compreende as atividades praticadas nos sistemas de ensino, e em formas assistemáticas de Educação evitando-se a seletividade e a hiper-competitividade de seus praticantes com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e o exercício para a cidadania a prática do lazer ativo tendo alguns princípios para a formação da educação, princípios estes destacados na Conferência Brasileira de Esporte Educacional (1996): co-educação; participação; cooperação; emancipação; inclusão e co-responsabilidade.

Considerando-se os princípios acima citados, o processo do Esporte Educacional desenvolve nos indivíduos a busca de uma boa educação e valores para que os mesmos possam viver em uma sociedade. É um processo que ensina a modificar, sociabilizar, participar e cumprir normas.

De acordo com Morin (2003), a educação tem um papel crítico transformador no comportamento do indivíduo. Sendo assim, o Esporte Educacional propõe uma transformação integral do indivíduo.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, enfatizamos:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p. 1).

Em seu artigo 27, inciso IV, garante a promoção do desporto educacional e das práticas desportivas não formais. O desenvolvimento físico e psíquico exige não só alimentação, mas também qualidade de convivência e atividades esportivas.

No artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988, insere-se a atividade esportiva como parte do direito à educação, à saúde, ao lazer e à proteção. O pleno desenvolvimento da pessoa, afirmado no artigo 205, exige, por sua vez, no âmbito das políticas educacionais, atividades que articulem saúde, escolarização, esporte, assistência, reforço alimentar, dentre outras. Para que o direito à saúde seja efetivamente garantido, é preciso que o Estado assegure medidas políticas, sociais e econômicas que promovam, protejam e recuperem a saúde física e mental de toda pessoa sem discriminação.

No artigo 217, o direito ao desporto apresenta-se definido como “práticas desportivas formais e não-formais” que devem ser garantidas e apoiadas com recursos públicos, com prioridade ao desporto educacional, diferenciando-se também o desporto profissional e o não profissional, assim como “a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional”. O lazer como forma de promoção social está previsto no mesmo artigo.

Destarte, o Programa Segundo Tempo encontra-se respaldado legalmente, politicamente e pedagogicamente, no que tange aos aspectos educacionais e sociais.

2 O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

A escolha do Programa Segundo Tempo, como objeto para a realização da pesquisa, foi materializada por ter trabalhado com pessoas em situação de vulnerabilidade social, tais como Comunidade São José, Presídio de Mangabeira, com presidiários em semiliberdade, Programa Escola que Protege, Projeto Paz nas Escolas e no Bairro, sempre vendo a contribuição que o esporte traz para esse grupo de indivíduos e ser uma das características do Programa a inclusão social. E o interesse de verificar se o programa existente nos Núcleos Parque do Sol e Praça da Esplanada realmente alcança seus objetivos contribuindo assim para a formação cidadã através do esporte.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Ministério do Esporte, no que trata da relação do Esporte na Educação, tem atualmente três programas em andamento: o Segundo Tempo, os Projetos Esportivos Sociais, o Programa Orçamentário Vivência e Iniciação Esportiva Educacional.

O Programa Segundo Tempo, desde sua criação no ano de 2003, vem com uma concepção de uma sociedade igualitária, em que todas as pessoas devem ter direito ao acesso de elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, utilizando o esporte como um desses elementos, na constituição de suas intervenções com foco para crianças e jovens que vivem em situação de risco social.

Essa concepção vem materializar os indicativos expostos na Política Nacional de Esportes (PNE), do Ministério do Esporte, na qual, dentre outros objetivos, visa:

Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da qualidade de vida da população brasileira, bem como, fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos (BRASIL, 2005, p. 131).

O Programa Segundo Tempo é um projeto social de grande impacto na sociedade brasileira, e tem como foco o esporte como meio de inclusão social, permitindo que crianças e adolescentes participem de atividades educacionais para

ocupar o tempo ocioso. Portanto, o programa tem como um dos princípios fundamentais a universalização da prática esportiva e a inclusão social, tendo o esporte educacional como um meio para contribuir no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (Melo; Dias, 2009, p. 21-22).

2.1.1 Origem e aspectos fundamentais

Conforme Darido; Oliveira (2009 p. 208), o Programa Segundo Tempo idealizado pelo Ministério do Esporte, tem como objetivos:

- a) Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situações de risco social.
- b) Oferecer práticas esportivas educacionais estimulando crianças, adolescentes e jovens a manter interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral.
- c) Oferecer condições adequadas para a prática esportiva de qualidade.

As metas são ambiciosas: pretende-se a formação integral, ou seja, formar um aluno crítico em relação aos aspectos da cultura corporal, o qual, além disso, usufrua dessas práticas corporais em benefícios da sua qualidade de vida e para o lazer.

As atividades esportivas e de lazer são realizadas no contra turno escolar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania, desde sua criação vem pautando suas ações na concepção de uma sociedade igualitária, na qual todas as pessoas devem ter o direito de acesso aos elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, utilizando o esporte como um desses elementos, na constituição de suas intervenções com foco para crianças e jovens que vivem em situação de risco social (OLIVEIRA; PERIM, 2009). Segundo Melo; Bretãs; Monteiro (2009, p. 46):

[...] as ações do Programa Segundo Tempo estão relacionadas ao lazer, já que se constituem fundamentalmente em uma possibilidade de intervenção no tempo livre de nosso público-alvo

(afinal, lembremos, atuamos no contraturno escolar aos finais de semana).

No que se refere ao Programa Segundo Tempo, afirmam, Melo; Bretãs; Monteiro (2009, p. 45-46) devemos aqui ressaltar três questões importantes que sempre precisamos lembrar: a) sempre buscar atividades prazerosas para envolver nosso público-alvo; b) evitar reproduzir a lógica do chamado esporte de alto rendimento (essa natureza de atuação combina como os interesses de atletas profissionais, embora possa ser também de interesse de alguns amadores); c) buscar fazer o uso de atividades prazerosas não significa abandonar a perspectiva de formação, mas estabelecer diálogos nos quais possamos apresentar novas alternativas de experiências que podem ser prazerosas, ainda que não conhecidas pelos envolvidos em função de uma série de razões sociais.

O Programa Segundo Tempo na Escola promove a participação esportiva, contínua e sistemática, considerando que pretende a democratização do acesso ao esporte às crianças e jovens brasileiros, através de ações e projetos intersetoriais integrando esporte e educação. O Programa Mais Educação, do Ministério do Esporte, junto com o Programa Segundo Tempo, objetiva:

Convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral. (BRASIL, 2010).

A integração entre os dois Programas amplia o número de beneficiados e garante o acesso ao esporte de forma qualificada, desenvolvendo a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, articulada com o projeto pedagógico da escola. Com essa ação a Educação Brasileira está atendendo a dois aspectos simultaneamente, ou seja, mantém as crianças no espaço escolar com chances de enriquecimento de conhecimentos, assim como evita que estas sejam atraídas pelas mazelas das ruas e seus perigos. Oportunizando o acesso à prática esportiva a todos os alunos das Escolas Públicas da Educação Básica, iniciando o atendimento com as escolas que participam do Programa Mais Educação.

Através dessa integração destacamos os seguintes objetivos do Programa Mais Educação:

- Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva;
- Oferecer aos alunos conhecimentos e vivências da prática esportiva nas dimensões lúdica e inclusiva;
- Ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola;
- Fortalecer hábitos e valores que incrementem a formação da cidadania dos alunos;
- Ampliar o conhecimento dos alunos sobre a prática esportiva e suas relações com a cultura, educação, saúde e vida ativa;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica (BRASIL-ME, 2010).

Podemos ver que a integração dos dois programas, além de enriquecimento educacional, proporciona uma maior oportunidade de inclusão social, e diminuição dos riscos das mazelas das ruas.

2.1.2 Metas: compromissos definidos

Conforme Darido; Oliveira, (2009 p. 208) as metas do programa devem democratizar acesso ao esporte educacional de qualidade, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social, além de oferecer práticas esportivas educacionais que estimulem a manter a interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, oferecer condições adequadas para a prática esportiva de qualidade. Percebe-se que as metas são ambiciosas, pois se pretende a formação integral, ou seja, formar um aluno crítico em relação aos aspectos da cultura corporal, o qual, além disso, usufrua dessas práticas corporais em benefício da sua qualidade de vida e para o lazer.

2.1.3 Características formais do Programa Segundo Tempo

O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas), devem oferecer, no mínimo, a prática de duas

modalidades coletivas (futebol, futsal, handebol, basquete ou vôlei) e uma modalidade individual (atletismo, natação, vela, tênis de mesa, dança, capoeira, etc.); para as modalidades coletivas, devem ser formadas turmas de no mínimo 25 e no máximo 40 alunos; para as modalidades individuais, turmas de no mínimo 10 e no máximo 25 alunos, como também oferecer ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional. Esses espaços são denominados de Núcleo de Esporte Educacional, são destinados à prática esportiva dos participantes do projeto, mediante programação de atividades a serem desenvolvidas no contra turno escolar sob orientação de professores e estagiários de educação físicos, devidamente habilitados e capacitados para a função.

O Programa apresenta a nível local a seguinte composição:

a. Um Coordenador-Geral do Projeto Local (gestor), para cada convênio firmado com o Ministério do Esporte. Deverá ser profissional da área de Educação Física ou de Educação, com experiência em gestão de programas esportivo-educacionais, com as seguintes atribuições:

- Interlocução do Convênio com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte (SNEED/ME);
- Gerenciamento da implementação das ações acordadas no Plano de Trabalho;
- Coordenação técnica e administrativa do Projeto;
- Definição e implantação da estrutura dos núcleos;
- Coordenação e supervisão técnica da equipe de profissionais;
- Acompanhamento, Monitoramento e avaliação da execução do Projeto;
- Consolidação e envio a SNEED/ME da Proposta Pedagógica, a partir dos Planos apresentados por cada núcleo e a revisão do Coordenador Pedagógico; Encaminhamento de relatórios periódicos a SNEED/ME;
- Identificação visual de todos os Núcleos.
- Um Coordenador de Núcleo, para cada núcleo de 200 alunos. Com as seguintes atribuições:
 - Estruturar o núcleo sob sua responsabilidade (recursos humanos, material esportivo, recursos físicos, inscrição e seleção dos beneficiados, etc.);
 - Planejar coletivamente, preparar, observar as atividades desenvolvidas, debater, refletir e avaliar o Plano Pedagógico junto aos Monitores que atuam no núcleo sob sua responsabilidade e coordenação;
 - Elaborar e apresentar a Proposta/Plano Pedagógico para debater com o Coordenador Geral-Pedagógico;

- Acompanhar e monitorar a execução das atividades do Núcleo, conforme Plano Pedagógico;
- Acompanhar o atendimento das atividades médico/odontológicas, etc.
- Preparar Relatórios Periódicos das atividades realizadas;
- Supervisionar o controle diário das atividades desenvolvidas;
- Revisar e Atualizar a base cadastral (núcleos, recursos humanos e beneficiados) no sistema do ME;
- Auxiliar na seleção e inscrição dos monitores (observando as especificações do perfil pré-estabelecido para a função);
- Selecionar os beneficiados (conforme critérios estabelecidos);
- Cadastrar os monitores e beneficiados no sistema do Ministério;
- Organizar e promover outras atividades extras que possam enriquecer o projeto;
- Exigir e comprovar a frequência da equipe técnica e dos beneficiados;
- Capacitar a equipe de monitores;
- Elaborar Fichas de Inscrições e dos Formulários de acompanhamento (frequência diária/semanal/mensal, distribuição alimentação, etc.);
- Organizar e elaborar a grade horária de cada local;
- Realizar os Testes do Projeto Esporte Brasil junto aos beneficiados;
- Realizar reuniões periódicas com os profissionais envolvidos nas atividades do Núcleo;
- Auxiliar e elaborar com os Monitores o planejamento mensal e semanal das atividades que estarão sob sua supervisão;
- Supervisionar o controle diário das atividades desenvolvidas.

c. Dois monitores para cada 200 alunos ou quatro monitores para cada 200 alunos, quando a entidade realizar acompanhamento pedagógico e outras atividades, desde que se garanta o mínimo de dois monitores para as atividades esportivas, sendo estes estudantes de graduação regularmente matriculados em curso de Educação Física ou Educação, preferencialmente já tendo concluído a primeira metade do curso. As atribuições dos mesmos são:

- Desenvolver, juntamente com o Coordenador de Núcleo o planejamento semanal e mensal de forma a organizar e desenvolver as atividades relativas ao ensino e ao funcionamento do núcleo;
- Desenvolver atividades esportivas e complementares, sistematicamente nos dias e horários estabelecidos no Plano de Trabalho junto aos beneficiados do projeto, de acordo com as Diretrizes do Programa, sob a responsabilidade do Coordenador de Núcleo;
- Acompanhar a participação dos beneficiados, inclusive efetuando o controle de frequência e realizando sua atualização mensalmente;
- Desenvolver juntamente com o Coordenador do Núcleo, relatório a serem submetidos à aprovação da Coordenação Geral/Pedagógica do Projeto.
- Cada núcleo deve ter no mínimo 200 alunos.

2.1.4 Atividades dinâmicas e ações propostas

Os núcleos devem oferecer, no mínimo, a prática de duas modalidades coletivas (futebol, futsal, handebol, basquete ou vôlei) e uma modalidade individual (atletismo, natação, vela, tênis de mesa, dança, capoeira, etc.). Para as modalidades coletivas, devem ser formadas turmas de no mínimo 25 e no máximo 40 alunos; Para as modalidades individuais, turmas de no mínimo 10 e no máximo 25 alunos.

A carga horária das atividades distribuídas nos turnos da manhã, tarde ou noite, deve permitir a cada aluno ter acesso a no mínimo 2h e no máximo 4h de atividade diária, durante 03 vezes por semana. Alguns projetos oferecem atividades cinco vezes por semana.

Os Núcleos devem oferecer atividades complementares, como reforço escolar, programação cultural e orientação em questões de saúde.

2.2 O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM JOÃO PESSOA-PB

Atualmente a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer conta com as seguintes propostas de Projetos, Programas e Ações: Apoio ao Esporte Amador; Instalação de Polos Esportivos; Construção de Campos de Futebol e Ginásios Poliesportivos; Programa de Orientação para Caminhadas; Criação de Informativos e Projetos de Marketing; Programa Vida Ativa na Terceira Idade; Capacitação Profissional na Área da Educação e Desporto; Projeto de Esporte Educacional e de Alto Rendimento; Intercâmbio Desportivo; Esporte e Lazer na Cidade; Educação Física e Desporto e Políticas Públicas para a Juventude (PMJP, 2009).

O Ministério do Esporte, no que trata da relação do Esporte na Educação, tem atualmente três programas em andamento: o Programa Segundo Tempo, os Projetos Esportivos Sociais, o Programa Orçamentário Vivência e Iniciação Esportiva Educacional.

O Programa Segundo Tempo da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), desenvolvido por meio da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), tem mudado a vida de crianças e jovens,

proporcionando a inclusão social através da prática esportiva. São 68 núcleos educacionais de esporte na capital que atendem 6.800 pessoas com o apoio do Governo Federal, por meio do Ministério dos Esportes (PMJP, 2009²).

De acordo com o coordenador do projeto, Durmerval Gomes, são promovidas ações educativas desportivas nos núcleos três vezes por semana (segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira), das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, que visam proporcionar a iniciação desportiva como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. “São desenvolvidas as práticas de voleibol, basquete, futebol de campo, futsal, handebol, pólo aquático, nado sincronizado, atletismo, natação, judô e xadrez”.

O programa existe desde 2005 e é uma opção importante no horário oposto ao da escola para ocupar o tempo ocioso dos alunos, segundo a coordenação:

Além de oportunizar a prática esportiva educacional de qualidade, sob a orientação de profissionais qualificados e capacitados, oferecemos materiais esportivos, lanche e oportunidades de ascensão social, já que o programa é um meio de revelar talentos. Através dele proporcionamos a inclusão desses jovens e uma melhoria na qualidade de vida de cada um (PMJP, 2009).

²**Programa ‘Segundo Tempo’ muda a vida de jovens através do esporte.** PMJP, 2009.

Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/programa-segundo-tempo-muda-a-vida-de-jovens-atraves-do-esporte>>.

3 PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

3.1 PROBLEMÁTICA

Feitas as considerações expostas no enquadramento teórico, onde foram apresentados aspectos sobre o Programa Segundo Tempo, procuraremos neste trabalho responder ao seguinte questionamento: Qual é a contribuição das práticas esportivas do Programa Segundo Tempo para o desenvolvimento integral de crianças e de adolescentes no Município de João Pessoa?

Apresentaremos a seguir os objetivos que conduziram nossa pesquisa.

3.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Verificar a contribuição das práticas esportivas educacionais do Programa Segundo Tempo no Município de João Pessoa, para a interação efetiva, o desenvolvimento integral, formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes participantes do programa.

Objetivos Específicos

- Verificar a contribuição das práticas educacionais oferecidas no Programa Segundo Tempo para crianças e adolescentes no Município de João Pessoa.
- Verificar as contribuições das práticas esportivas para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde).
- Verificar se o programa oferece condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade que contribua para o seu desenvolvimento integral.
- Realizar entrevistas com crianças e adolescentes sobre mudanças de vida promovidas pelo programa

3.3 METODOLOGIA

3.3.1 Tipo de pesquisa

Considerando os objetivos do trabalho a pesquisa demandou uma metodologia do tipo descritiva exploratória, considerando que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. O produto final deste processo é um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos sistematizados (GIL, 2002).

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. “Entre as pesquisas descritivas salientam-se as que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, [...]. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo conhecer as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Gil (2002, p.42) afirma que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente os pesquisadores sociais realizam preocupados em encontrarem informações para subsidiarem a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais e partidos políticos”.

3.3.2 População e amostra

O universo da pesquisa envolveu gestores, equipe pedagógica e os alunos atendidos em dois Núcleos do Programa Segundo Tempo, o Núcleo Parque do Sol, localizado no Bairro Muçumagro, na Rua das Cupiúbas, Nº 46 e o Núcleo Praça do Esplanada, localizado na Rua Luzia Otávia de Oliveira, S/N, Conjunto Esplanada I.

A amostra foi formada por 12 (doze) crianças e adolescentes, 02 (dois) gestores e 02 (dois) estagiários. A faixa etária dos alunos participantes varia entre 08 a 16 anos; todos são estudantes da rede regular e pública de ensino. Quanto ao sexo 10 (dez) foram do sexo masculino e 02 (dois) do sexo feminino. Os sujeitos foram determinados por uma amostra aleatória dos alunos.

3.3.3 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Aplicamos como procedimento um questionário semiestruturado, elaborado por meio de um roteiro orientador, formulado a partir da fundamentação teórica e dos objetivos do Programa Segundo Tempo com os alunos do Programa, para caracterizar o público beneficiário. O tratamento e sistematização dos dados quantitativos foram apresentados através de tabelas e tratamentos estatísticos, sendo interpretados à luz da fundamentação teórica. O tratamento dos dados qualitativos foi realizado através da análise de conteúdo dos enunciados obtidos como citações diretas e/ou como quadros de análise subsidiando o exercício de análise dos dados.

Foi utilizado um gravador, registro e gravação das falas dos entrevistados. Os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa bibliográfica subsidiou o processo de construção e fundamentação sobre o objeto de pesquisa. Constituíram-se instrumentos da pesquisa, documentos os quais possibilitaram identificar com qualidade o programa; inserimos também a entrevista semiestruturada com uma amostra representativa dos gestores e a equipe pedagógica do Programa Segundo Tempo na cidade de João Pessoa, por meio de um roteiro orientador que monitorou o levantamento dos dados qualitativos, além de se constituir mais uma referência que subsidiou levantamento de dados coerente e consistente com os objetivos do programa. O roteiro orientador, formulado a partir da fundamentação teórica e dos objetivos do Programa Segundo Tempo permitiu ao pesquisador focar o processo de coleta de dados no objeto da pesquisa.

4 O ESPORTE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL: Resultados da Pesquisa

A pesquisa compreendeu gestores, equipe pedagógica e alunos em dois Núcleos do Programa Segundo Tempo, o Núcleo Parque do Sol, localizado no Bairro de Muçumagro, na Rua das Cupiúbas, Nº 46, atendendo alunos das seguintes escolas: Maria Socorro Machado, José da Paixão, Fundação Bradesco, Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral (CPDAC), Antônia do Socorro, Dom Marcelo, e o Núcleo Praça do Esplanada, localizado na Rua Luzia Otávia de Oliveira, S/N, Conjunto Esplanada I, atendendo alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Anísio Teixeira. Os Núcleos estão localizados em bairros populares da periferia de João Pessoa, onde a população é constituída de trabalhadores da construção civil, agricultores, prestadores de serviços – subemprego.

4.1 O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO

O processo de aproximação do pesquisador com o campo de pesquisa começou tendo, como facilitador, o amigo Professor Pedro de Almeida Pereira e de alunos do Curso de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba, que trabalhavam no programa.

O trabalho de campo foi realizado no período de 01 a 06 de junho de 2012, nos Núcleos: Parque do Sol, no Bairro Muçumagro e Praça do Esplanada, no Conjunto Esplanada 1. O instrumento utilizado para obter informações do Programa foi a entrevista semiestruturada, com gestores, estagiários e alunos.³

Os dados obtidos foram sistematizados e apresentados em quadros onde se desenvolveu um processo de classificação, descrição e análise dos conteúdos.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na apresentação dos resultados da pesquisa para diferenciar os sujeitos no processo de análise dos resultados optou-se subdividir os resultados de acordo com

³ O sujeito 1 se refere ao Núcleo Parque do Sol e o Sujeito 2, o Núcleo Praça do Esplanada.

cada um dos grupos pesquisados, como Gestores, Equipe Técnica e público participante do Programa Segundo Tempo.

4.2.1 Análise das entrevistas dos Gestores do Programa Segundo Tempo

Iniciamos a apresentação dos resultados da pesquisa contemplando o conhecimento do programa pelos gestores, nas falas dos sujeitos (Quadro 2), Observamos que o sujeito 1 não tem conhecimento do início do programa, entretanto participa desde 2008, conforme registrado em sua fala, enquanto que o sujeito 2 informou que o programa foi implantado em 2003. As informações apontam para 10 anos de existência do programa em João Pessoa.

As declarações mostram que o sujeito 1, apesar de não declarar o ano do início do Programa faz referência as etapas vivenciadas, enquanto o sujeito 2, apenas declara o ano de implantação do programa, as respostas foram dadas de forma vaga. Acreditamos que estes deveriam conhecer a história para trabalhar o contexto histórico como motivação para participação da comunidade.

Quadro 2: Conhecimento acerca do tempo de criação do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Início do Programa	Quando o Programa Segundo Tempo foi iniciado em João Pessoa?
1	Desconhecimento	Bom... teve uma etapa que eu não participei, foi anterior a administração do ex-prefeito Ricardo Coutinho, mais depois eu vim na outra convocação, trabalhei no Núcleo alto do Mateus, comecei desde 2008, eu vim transferido para cá no Núcleo Parque do Sol, Muçumagro, que é um logradouro do Valentina Figueiredo.
2	Informação	A partir de 2003

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando interrogados sobre a participação do Estado com contrapartida para o Programa, no Quadro 3 os sujeitos demonstraram que a participação se dar a partir de convênio da Prefeitura Municipal de João Pessoa com o Ministério dos Esportes. Constatamos nas respostas a existência da contra partida do Município em proporcionar as estruturas físicas para o desenvolvimento das atividades, sendo este ente federado responsável para oferecer instalações em praças públicas e

técnicos para o desenvolvimento das atividades do programa, conforme determina o Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005, p. 19) que é papel dos municípios “investir recursos públicos para disponibilização de instalações esportivas para as práticas populares de lazer, atendendo as vocações esportivas e culturais das pessoas do município”.

Quadro 3: Existência de contrapartida do Estado ao Programa Segundo Tempo

Sujeito	Contrapartida	Você sabe da existência de contrapartidas de órgãos públicos?
1	Sim	É um convênio que a Prefeitura de João Pessoa faz diretamente com o Ministério dos Esportes.
2	Não	Não tem quem apoia realmente o programa segundo tempo é o município né, eles nos dão apoio com a estrutura né, as praças os núcleos em geral, eles dão esse apoio.

Fonte: Pesquisa de Campo

Constatamos no Quadro 4, que o Programa recebe apoio direto do Ministério do Esporte para Estados e Municípios, as respostas dos sujeitos demonstram a falta de conhecimento sobre o modo de repasse dos recursos financeiros.

Quadro 4: Formas de repasse de recursos financeiros do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Repasse Financeiro	Como se dá o repasse da União para Estados e Municípios?
1	Direto	Diretamente com a secretaria de educação e o Ministério dos Esportes
2		Através do Ministério dos Esportes. É quem manda todo o recurso para que seja repassado aqui para o programa aqui no estado

Fonte: Pesquisa de Campo

Partindo da resposta do sujeito 1, no Quadro 5, observamos a existência de 68 núcleos, com possibilidade de atender uma média de 100 alunos em cada núcleo, portanto há capacidade para atender 6.800 estudantes. A demanda potencial não foi informada, no entanto estatísticas apontam que há uma população de crianças e adolescentes fora do Programa, uma vez que as escolas do ensino médio e fundamental tem em média número de alunos matriculados superior a 300, constituindo, portanto a demanda superior à oferta.

Quadro 5: Demandas do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Demandas	Fale sobre a demanda potencial para o programa e o universo atendido no programa.
1	6.800	A demanda é 68 núcleos, como eu te falei, com a demanda de 6.800 alunos. É 100 alunos por núcleo, tem de manhã e a tarde.
2	Alunos de escolas estaduais e municipais	O público alvo são alunos das escolas municipais, só que também tem alunos de escolas estaduais e não há restrição, mais o público alvo são alunos de escolas municipais

Fonte: Pesquisa de Campo

Observamos nas falas dos entrevistados, no quadro 6, que os sujeitos do Programa são crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade, são carentes, com familiares de baixa renda, na faixa etária dos 08 aos 16 anos, porém, atende também crianças de 06 anos e adolescentes de 17 anos, para não ficarem ociosos, contribuindo assim para inclusão independentemente de sua faixa etária. As respostas estão de acordo com a política do Ministério do Esporte considerando que o programa proporciona atividades que abrangem todas as manifestações esportivas, mantendo sempre como preceitos fundamentais a “cidadania”, a “diversidade” e a “inclusão” (BRASIL, ME, 2005).

Quadro 6: Características dos participantes do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Características do Público	Quais as características das crianças?
1	Crianças e adolescentes de comunidades populares	Meninos de 08 a 16 anos, mais como é um projeto de inclusão nos temos aqui meninos de 06 anos, tem rapazes de 17 anos, que a gente absorve que é da comunidade para não ficar ociosos eles vem para cá é tudo carente, é o que eles chamam de zona de risco.
2		Comunidade carente com crianças na idade de 06 a 17 anos.

Fonte: Pesquisa de Campo

O critério para participarem do Programa Segundo Tempo no Quadro 7, de acordo com as respostas dos gestores, é a proximidade das escolas, que os alunos estejam matriculados e frequentando a escola, e que participem das atividades no contra turno escolar. Não há restrições na participação desde que procurem o Programa. Estando, portanto, de acordo com as metas do programa que devem “democratizar acesso ao esporte educacional de qualidade, ocupando o tempo

ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social” (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p. 208).

Quadro 7: Critérios adotados para atendimento do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Critérios de atendimento	Quais os critérios adotados pelos núcleos para atender os alunos?
1	Inserção na rede de ensino	Constituem critérios que eles estejam na rede pública de ensino tanto estadual como municipal, mais isso não quer dizer que a gente não aceite meninos da ordem particular também aceita, aqui a questão é de inclusão, não deixar o menino de fora da prática esportiva no contra ponto escolar.
2		Os critérios são que eles sejam matriculados na escola municipal e tenham entre 08 e 16 anos

Fonte: Pesquisa de Campo

Vimos que a oferta de vagas para os alunos matriculados no Quadro 8, são 100 crianças e adolescentes por Núcleo, no entanto, observamos que só estão sendo atendidos 60% e 70%, respectivamente. Segundo a fala dos entrevistados, fica clara a existência de evasão em virtude do não preenchimento das vagas. Os sujeitos não apontaram os fatores da evasão.

Quadro 8: Crianças atendidas pelo Núcleo do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Nº	Quais os números de crianças atendidos pelo Núcleo?
1	60 – 100 alunos	São 100 matriculados mais estamos atendendo uma faixa de 60 alunos
2	70 – 100 alunos	O que eles preconizam que seja por turno é 100 alunos mais na realidade isso não acontece né, até porque aqui no núcleo só existe uma só escola e para atender isso é muito difícil, na faixa de 70 alunos

Fonte: Pesquisa de Campo

Verificamos, segundo fala dos sujeitos, no Quadro 9, que o programa atende entre uma e seis escolas nos dois núcleos pesquisados, sendo seis do Núcleo Parque do Sol e uma do Núcleo da Praça do Esplanada. Os dados apontam para uma demanda superior aos alunos atendidos pelo Programa Segundo Tempo,

considerando que o número de alunos matriculados nas escolas é superior ao que estão participando do programa.

Quadro 9: Escolas envolvidas no Núcleo do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Escolas atendidas	Quantas escolas envolvidas no Núcleo?
1	06	Maria Socorro Machado, José da Paixão, Fundação Bradesco, CPDAC, Antônia do Socorro, Dom Marcelo, o privilégio é das escolas mais próximas, como a demanda dos meninos é grande a gente atende meninos de outras localidades mais distantes, todos são atendidos. Todas as escolas que os meninos vem a gente atende, umas seis escolas.
2	01	Uma escola, a Escola Municipal Anísio Teixeira

Fonte: Pesquisa de Campo

Destacamos no Quadro 10, com base nas respostas do sujeito 1 e 2 que o programa promove inclusão social, em virtude de absorver todos independentes de suas diferenças, sem discriminação de sexo, cor, raça, etnia, gordo, magro, ter deficiência. A inclusão acontece pelo acesso de todos ao programa e pela cultura do respeito às diferenças. Assim detectamos que na verdade a fala dos sujeitos declaram processo de inclusão e cidadania, a medida que contemplam respeito a diferença, trabalho em equipe, respeito as regras e valores, enfim ressaltam aspectos também da formação cidadã.

Quadro 10 – O Programa promove inclusão social do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Inclusão Social	De que modo o programa promove a inclusão social?
1	Inserção com respeito as diversidades	Estar promovendo porque aqui a gente faz um trabalho para que todos eles se aceitem sem discriminação de sexo, cor, de raça, de etnia, então o trabalho é feito com base no respeito, a gente não admite que os meninos cometam <i>bullying</i> , a gente tenta ver se eles mudam o linguajar deles para não ter palavrão.
2		Na realidade não existe diferença entre raça, entre ser gordo ser magro, entre ter deficiência física, na realidade o projeto até apoia essa invasão principalmente do deficiente físico, não existe diferença nenhuma para isso.

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme o gestor do Núcleo 1, no Quadro 11, os fatores que dificultam a inclusão social é a falta de estrutura familiar, de uma maior divulgação do programa, falta de material, como chuteiras, onde é desenvolvido a modalidade de futebol, pois os familiares de baixa renda não podem suprir essa necessidade de adquirir as chuteiras para seus filhos, porém o gestor do núcleo 2, declarou que não existe dificuldade de inclusão social. As respostas dos sujeitos apontam para a questão de falta de materiais específicos (chuteiras) que dificultam a inclusão, entendemos que pode a ausência de material entre outros fatores ser motivo de evasão, consequentemente neste caso específico há exclusão. Ressaltamos na fala do sujeito 1, a presença das participantes no programa quando o professor declarou “passam mais tempo aqui com a gente”, trabalhando com afinco e progresso. O pronunciamento do entrevistado afirmou mudanças de comportamento “jogavam até pedras nos professores, hoje eles trazem até irmão para participar”. Portanto, a opinião dos sujeitos aponta para o alcance dos objetivos do programa, mesmo que não sejam com todos, possibilita eliminação da ociosidade, diminuição da convivência com grupos de riscos e consequentemente oportunidade de desenvolvimento saudável.

Quadro 11: Fatores que dificultam a inclusão social do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Fatores que Dificultam	Quais os fatores que dificultam o Programa Segundo Tempo promover a inclusão social?
1	Desconhecimento da comunidade, estrutura familiar e ausência de material de esporte	São que não há um conhecimento maior da comunidade, a comunidade ainda não sabe que o projeto segundo tempo é uma coisa que estar existindo, e é favorável a essa inclusão, tem que ter mais mídia em cima do projeto segundo tempo. A falta de material, em relação as chuteiras, os meninos aqui as vezes vem com a possibilidade dos pais ajudarem porque a maioria do pessoa que vem para cá é tudo carente, é o que eles chamam de zona de risco. Infelizmente é essa questão que os meninos não a têm estrutura familiar e os pais passam o dia todo trabalhando, eles passam mais tempo com a gente, segunda, quarta e sexta eles passam mais tempo aqui com a gente, então a questão estar sendo trabalhada com afinco e a gente tem tido progresso tem meninos aqui que quando a gente chegou aqui até pedra nos professores eles jogavam, hoje em dia eles trazem até os irmão para participar do projeto, isso quer dizer já é um ganho, né? Que a gente tá observando.
2	-	Que eu tenha a percepção disso não, da inclusão social não.

Fonte: Pesquisa de Campo

Constamos no Quadro 12, nas respostas sobre os pontos positivos do programa, os sujeitos enfatizaram que os participantes estão melhorando a condição física, o comportamento e o fator educacional, ainda aumentou o respeito entre os mesmos, diminuição da violência, descoberta de talentos, as atividades são realizadas através de jogos, com as regras normais, mais que seja o jogo adaptado para que eles tenham noção de como realizar os fundamentos, praticando as atividades com características educacionais e não pela técnica em si. Outro ponto importante é o lanche que serve como complemento nutricional, considerando que alguns não têm alimentação suficiente para suprir as suas necessidades vitais. O material utilizado é de boa qualidade e suficiente para as atividades práticas. Considerando o papel da educação, conforme SIEGEL (2005), o Segundo Tempo cumpre o papel educacional à medida que contribui para construção e reconstrução de valores e normas tornando as pessoas mais humanas, com princípios éticos, de solidariedade, fraternidade, e respeito às diferenças de crenças e culturas e aos direitos humanos.

Quadro 12: Pontos positivos do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Pontos Positivos	Na sua opinião, quais são os pontos positivos do Programa Segundo Tempo?
1	Alimentação Condição física e desempenho educacional Redução e prevenção da violência Descoberta de talentos	A gente tá percebendo que os meninos acordam mais cedo, tem muitos que vem para cá porque sabe que tem um lanche, eles estão melhorando a condição física, o comportamental deles é um luta diária mais a gente esta vencendo, já tivemos casos de suspensão, casos de diálogo, o projeto esta melhorando a questão educacional, nos Já tivemos episódios de tiroteio mais felizmente ninguém foi atingido e nos temos a proteção da patrulha escolar e a polícia militar, o projeto diminui a violência, o que tem ajudado muito é a comunidade tem, as questões que essa comunidade tem ela não são diferentes das outras comunidades os meninos que se dizem marginais eles querem respeito, na medida que a gente os respeita eles nos tratam bem como nossos filhos. Porque aqui a gente observa meninos que tem tendência para ginástica olímpica, meninos que tem tendência para o boxe, meninos que tem tendência para o atletismo, então a gente observa que aqui nós temos valores, o Brasil é rico em potencial humano e o projeto estar mostrando isso. Então o projeto também possibilita que possam descobrir talentos, aqui nos temos meninos prontos para qualquer clube do ranking do desporto nacional, nos temos meninos com 16 anos que já sabem tudo da pratica desportiva, prontos para qualquer ranking para o desporto nacional.
2	Esporte educacional	O projeto segundo tempo ele preconiza que a gente realiza a atividade através do jogo em si, não que seja o jogo realizado de forma normal com as regras normais, mais que seja o jogo adaptado para que eles tenham noção de como realizar os fundamentos praticando as atividades e não pela técnica em si, tem uma característica educacional e não desportiva. O projeto disponibiliza material suficiente e de qualidade para que seja realizada as atividades, ele disponibiliza o lanche para os aluno que que na realidade existe alunos que vem praticar atividades e nem café ele tomou.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 13, com relação aos pontos negativos no núcleo Praça do Esplanada, detectamos a carência de condições para o trabalho como: espaço físico, material, falta de divulgação. Só existe uma Praça para se desenvolver as atividades, nos dias que chove não há condição de realizar as atividades, pois os espaços são descobertos, não existem banheiros, nem bebedouro. Para que os alunos possam tomar água têm que se deslocarem até à escola. Muitas vezes essa

Unidade não facilita o acesso dos mesmos. No Núcleo Parque do Sol, a pequena divulgação junto à comunidade e a falta de chuteiras são fatores que contribuem na diminuição de alunos no programa. Assim sendo, é necessários providências junto aos órgãos governamentais para se evitar esses pontos negativos.

Quadro 13: Pontos negativos do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Pontos negativos	Na sua opinião, quais são os pontos negativos do Programa Segundo Tempo?
1	Falta informação da comunidade e materiais de esporte	São que não há um conhecimento maior da comunidade, a comunidade ainda não sabe que o projeto segundo tempo é uma coisa que estar existindo, e é favorável a essa inclusão, tem que ter mais mídia em cima do projeto segundo tempo. A falta de material, em relação as chuteiras.
2	Falta de infraestrutura e a apoio da escola	Depende muito do Núcleo, no caso do núcleo nosso a gente tem como ponto negativo que só existe essa Praça para a gente promover e desenvolver a atividade, nos dias que chove não existe condição de a gente realizar atividades, não existe banheiros, para a gente pegar água para os alunos tem que ir na escola, muitas vezes a escola não facilita a vida da gente.

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação à interação social dos dados do Quadro 14, as respostas revelam a contribuição do esporte para a prevenção da violência, uma vez que possibilita o aprendizado de construção de regras em grupo, de resolução de conflitos e melhoria no desempenho escolar. Outro aspecto observado é no relacionamento onde ocorreram avanços. As falas apontam que o programa contribuiu para melhorar as relações sociais entre os participantes na escola, e diminui o índice de violência na comunidade. Assim, os dados são coerentes com a missão institucional do Ministério do Esporte, promovendo a inclusão social através do esporte, garantindo o acesso à prática desportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Quadro 14: Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à interação social no Programa Segundo Tempo

Sujeito	Impactos na vida do público	Quais as mudanças que surgiram na vida das crianças e adolescente a partir das práticas esportivas, no que se refere a interação social?
1	Nutrição Melhoria da condição física Melhoria educacional	A gente tá percebendo que os meninos acordam mais cedo, tem muitos que vem para cá porque sabe que tem um lanche, a dura realidade que eles sabem que tem um lanche que talvez não tenham em casa, eles estão melhorando a condição física. O comportamental deles é um luta diária mais a gente esta vencendo, já tivemos casos de suspensão, casos de diálogos, o projeto esta melhorando a questão educacional, nos já tivemos episódios de tiroteio mais felizmente ninguém foi atingido e nos temos a proteção da patrulha escolar e a polícia militar, o projeto diminui a violência, o que tem ajudado muito é a comunidade tem, as questões que essa comunidade tem ela não são diferentes das outras comunidades, os meninos que se dizem marginais eles querem respeito, na medida que a gente os respeita eles nos tratam bem como nossos filhos. No rendimento escolar, a prática do xadrez já foi comprovado cientificamente que ela desenvolve o intelecto dos meninos, e a questão da disciplina, regras, os meninos que não tem regras nos esportes eles não sobrevivem.
2	Interação e redução dos conflitos	Com relação a interação social. Existem muitas crianças em torno de 80% das crianças que a gente atende aqui no núcleo elas tinham um comportamento de brigar bastante de não cooperar com o seu colega, de não interagir, e o individualismo era muito notório em relação a essas crianças, depois que eles começaram com a prática no segundo tempo, eles começaram a diminuir existe criança aqui que eles eliminou isso das atividades, não existe mais briga não, depois que estão participando do projeto.

Fonte: Pesquisa de Campo

O sujeito 1, no Quadro 15, no que se refere às mudanças ocorridas na vida dos participantes em relação à formação da cidadania, citou programas voltados para diversidade, assistenciais, educacionais, destacando a participação. Citaram ainda parecer coerente com o conceito de cidadania. O sujeito 1 focaliza a cidadania voltada para questões de relações sociais, ele enfatizou que já se verifica mudança de comportamento quando os envolvidos têm consciência sobre os seus direitos e deveres. O respeito entre eles, o bom relacionamento, foram abordados pelo Sujeito 2. Os projetos suplementares do Governo Federal como o PETI, Mais Educação., contribuem para garantir os direitos de cidadania previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.

Isso corrobora com as ideias de Paulo Freire (2001), quando ressalta que a Educação deve possibilitar: a alfabetização, as capacidades de aprendizagem, o desenvolvimento do raciocínio crítico, a criatividade e a ação no que diz respeito à transformação social. Através de uma visão de mundo mais crítica podemos analisar e modificar nossa realidade retratada pela mudança de comportamento dos homens em especial os educandos.

Portanto, concordamos com Paulo Freire (2001), quando este afirma, que a nossa postura enquanto educador deve ser consciente, pois somos intelectuais transformadores. Além disso, somos formadores de opinião e, assim sendo, temos a obrigação de estimular o pensamento crítico em nossos educandos, assumindo assim uma opção política de forma coerente.

Quadro 15: Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à formação da cidadania

Sujeito	Mudanças no modo de vida	Quais as mudanças que surgiram na vida das crianças e adolescente a partir das práticas esportivas, no que se refere a formação da cidadania?
1	Formação para a cidadania	E para a formação da Cidadania: há nos temos meninos que participam do quilombolas, questão de etnia, nos temos uma associação de bairro muito atuante, tem o projeto PETI, tem o projeto Mais Educação, hoje o bairro do Valentina estar contemplado com todos os projetos do governo federal. Então os meninos já tem consciência sobre os seus direitos e deveres.
2	Relacionamento Social	O respeito entre eles, o bom relacionamento, eu acho que isso prepara eles para a vida lá fora, eles começam a trabalhar a questão do respeito aqui e estão melhorando.

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação às mudanças ocorridas a partir das práticas esportivas para a melhoria da qualidade de vida, o quadro 16 demonstra como o Programa Segundo Tempo atua no eixo da perspectiva educacional, social e comportamental. Se de um lado oportuniza o desenvolvimento em suas várias dimensões, do outro, ocupa o tempo ocioso das crianças, evitando assim a exposição de situações de riscos sociais. Participando do programa crianças e adolescentes estarão ocupadas, aprendendo, jogando, sorrindo, brincando, se divertindo através das atividades desportivas, contribuindo assim para melhoria da condição física, educacional, diminuição da violência e reforço nutricional. Destacam-se também aspectos

nutricionais resultantes da merenda servida que constituem também motivações para frequentar o programa.

Quadro 16: Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à melhoria da qualidade de vida

Sujeito	Efeitos na melhoria da Vida	Quais as mudanças que surgiram na vida das crianças e adolescente a partir das práticas esportivas, no que se refere à melhoria da qualidade de vida?
01	Nutrição Desenvolvimento Físico e atitudinal Desempenho educacional	Acordam mais cedo, tem muitos que vem para cá porque sabe que tem um lanche, a dura realidade que eles sabem que tem um lanche que talvez não tenham em casa, eles estão melhorando a condição física. o comportamental deles é um luta diária mais a gente esta vencendo, já tivemos casos de suspensão, casos de diálogos, o projeto esta melhorando a questão educacional, nos já tivemos episódios de tiroteio mais felizmente ninguém foi atingido e nos temos a proteção da patrulha escolar e a polícia militar, o projeto diminui a violência, o que tem ajudado muito é a comunidade tem, as questões que essa comunidade tem ela não são diferentes das outras comunidades os meninos que se dizem marginais eles querem respeito, na medida que a gente os respeita eles nos tratam bem como nossos filhos O reforço alimentar é uma questão que a gente tá suprimindo uma necessidade básica da alimentação deles eles estão melhorando a condição física.
02	Ocupação Lazer Diversão Esporte	Esse programa esportivo é algo que contribui influencia diretamente na vida dessas crianças, porque esse tempo ociosos que as crianças teriam sem o programa, livre na rua sem fazer nada, é motivo é momento para eles fazer coisas ruins, coisas erradas, o tempo que eles estariam livres, ociosos sem terem o que fazer, eles estão aqui aprendendo, estão jogando, eles estão sorrindo, estão brincando eles estão se divertindo além das praticas das modalidades, vólibol, basquete, ainda tem as brincadeiras iniciais as dinâmicas de preparação de aquecimento então isso a gente ver no olhar da criança, a gente ver no comportamento das crianças o quanto faz bem o quanto é divertido entendeu então no mais é isso.

Fonte: Pesquisa de Campo

A fala dos sujeitos no quadro 17 revela a importância da associação entre os aspectos nutricionais nessa fase de crescimento infanto-juvenil, exigindo reforço e complementação alimentar para proteger dos aspectos críticos quando a população corre risco de insegurança alimentar. Daí a importância do reforço alimentar, além de motivar a frequência contribui para suprir as necessidades básicas da alimentação dos alunos, o lanche é importante para quem trabalha com crianças, a

reposição do líquido e nutriente durante as atividades é fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Quadro 17: Contribuição do reforço alimentar para as crianças e os adolescentes do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Segurança Alimentar	Fale sobre o reforço alimentar e sua contribuição para as crianças e adolescentes participantes do programa?
1	Reforço alimentar	O reforço alimentar é uma questão que a gente tá suprimindo uma necessidade básica da alimentação deles e eles estão satisfeitos, principalmente quando vem iogurte eles gostam mais, mais eles tomam suco, pão com queijo. A qualidade é razoável.
2	Reposição de energias	O lanche é importante, para quem trabalha com crianças, a questão do líquido e reposição de alimentos durante as atividades.

Fonte: Pesquisa de Campo

4.2.2 Análise das Entrevistas da Equipe Técnica do Programa Segundo Tempo

No Quadro 18, como a equipe conheceu o programa, a equipe técnica destacou que conheceram o programa através de colegas e em sala de aula em disciplinas que trabalham as habilitações desportivas.

Quadro 18: Meio de informação do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Meio de Informação	Como você conheceu o Programa Segundo Tempo em João Pessoa?
01	Colegas da Faculdade	Através de colegas da Faculdade
02	Disciplinas na faculdade	Olha só, na faculdade a gente tem diversas cadeiras que falam sobre programas desportivos sociais, e foi numa dessas cadeiras que eu conheci o programa segundo, sempre tive vontade de participar pelo fato de que é uma oportunidade de estágio para trabalhar com diversas modalidades.

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação ao tempo que os estagiários trabalham no programa, vimos no Quadro 19, que o sujeito 1, está atuando há um ano e o sujeito 2, há quatro meses. Detectando-se, assim, que o período de atuação é pequeno em relação à implantação do programa que foi em 2003.

Quadro 19: Tempo de trabalho no Programa Segundo Tempo

Sujeito	Tempo de Serviço no Programa	Desde quando trabalha no Programa Segundo Tempo em João Pessoa?
1	0-1 ano	Um ano
2		Já faz uns quatros meses,

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 20, com relação ao processo de seleção da equipe técnica, os sujeitos relataram que o processo de seleção dos técnicos deveria acontecer através de avaliação escrita e entrevista com o Coordenador Geral do Programa. Entretanto um dos sujeitos foi submetido à prova escrita, enquanto o sujeito 2, foi indicado, sendo submetido apenas uma entrevista, mostrando assim a não utilização do mesmo critério para o processo de seleção da equipe técnica. Enfocamos que nas Normas do Programa Segundo Tempo não aponta o critério para seleção da equipe, dando ênfase que a equipe seja composta por profissionais e estagiários de educação física que tenham habilidade e capacidade para o desempenho da função.

Quadro 20: Processo de seleção da equipe técnica do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Seleção	Como foi o processo de seleção da equipe técnica do Programa?
1	Prova	Através de provas e avaliações escritas
2	Indicação	Olha só na verdade eu não participei de um processo seletivo, quando eu entrei já estava havendo o programa já há alguns meses e na verdade foi por indicação, minha entrada no segundo tempo foi por indicação, teve uma entrevista direta com o Diretor do Programa.

Fonte: Pesquisa de Campo

Detectamos, no Quadro 21, que a equipe está resumida a um Coordenador Geral e um Estagiário por Núcleo, os quais conforme objetivos do programa cabem coordenar, ministrar aulas, realizar competições e avaliações.

Quadro 21: Membros da equipe técnica do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Equipe Técnica	Quem são os membros da equipe do Núcleo?
1	Coordenador e Estagiário	O Coordenador e o estagiário que é o que vos fala.
2	Coordenador Técnico	Eu e a Coordenadora.

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação às atividades desenvolvidas no Programa, conforme Quadro 22, segundo o sujeito 1, no Núcleo Parque do Sol, são oferecidos futebol, xadrez e dama, com objetivo de integração entre os participantes, e adquirir mais qualidade de vida através do esporte. O sujeito 2, do Núcleo Praça do Esplanada, relatou que as atividades são futsal, futebol, voleibol, basquete, dama e xadrez, com objetivo de integração, respeito aos colegas, acolhida dos alunos que estão chegando. Os sujeitos entrevistados falam da falta de condições de trabalho (tabela de basquete e postes de volibol), exigindo improvisar o que compromete o desempenho da equipe. Porém observamos que estão cumprindo as ações propostas pelo programa, considerando que os núcleos devem oferecer, no mínimo, a prática de duas modalidades coletivas.

Quadro 22: Práticas desenvolvidas no Programa Segundo Tempo

Sujeito	Ações	Descreva as práticas que são desenvolvidas no Núcleo e com que objetivos.
1	Futebol Xadrez	O Futebol, xadrez a dama são as atividades realizadas com o objetivo de integração entre os participantes, para que eles possam sair de suas casa e adquiri mais qualidade de vida com o esporte.
2	Futsal Futebol Voleibol Basquete	Olha só, a gente trabalha com modalidade de futsal, futebol, voleibol e basquete, infelizmente não temos todos os materiais necessário, como por exemplo o basquete a gente tem de improvisar pois não tem os aros, o vôlei a gente também tem de improvisar porque a gente tá probleminhas com alguns probleminhas no ferro mais a gente vai fazendo da melhor forma possível trabalhando os fundamentos, tem os jogos de tabuleiros também, dama e xadrez, onde a gente usa pouco, até porque o interesse dos meninos são os com bolas, no entanto a gente procura trabalhar no objetivo da integração mesmo do respeito aos colegas, da acolhida dos que estão chegando dos que já estão, entre outros fatores.

Fonte: Pesquisa de Campo

Os sujeitos entrevistados sobre os resultados observados em crianças e adolescentes participantes do Programa no Quadro 23, destacam mudanças no comportamento com relação a diminuição de brigas, de desrespeito aos outros e melhoria no rendimento escolar. As respostas vão ao encontro dos objetivos do programa cujos fins estão voltados para melhoria dos comportamentos sociais, no

rendimento escolar e na saúde física e mental, além de contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais, assegurando o exercício da cidadania.

Quadro 23: Resultados alcançados no Núcleo através do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Resultados Alcançados	Fale sobre os resultados alcançados pelas crianças e adolescentes no Núcleo através do Programa Segundo Tempo?
1	Rendimento Escolar Socialização Desenvolvimento Físico	Que eles venham acompanhando crescimento na escola, o rendimento escolar aumentando, a educação entre eles também, a socialização entre eles também, o rendimento da parte física, da parte prática do esporte o futebol. Esses são pontos positivos do projeto. Rendimento escolar a gente vem acompanhando com a escola e também a parte física.
2	Mudanças atitudinais Rendimento Escolar	Olha só, dá para notar diferença no comportamento deles no sentido de muitos deles eram muitos explosivos brigavam com tudo, a gente bate muito em cima disso na questão do respeito com o colega porque na medida que ele respeita o colega ele evitar um pouco disso de tá brigando, de tá e xingando de tá reclamando uns com os outros, no meu ver, mudou muito nesse sentido no comportamento o deles. Com relação ao rendimento na escola? Olha só, não vou dizer que é 100% mais assim, além de trabalhar aqui no segundo tempo a gente procura também se interar das coisas deles na escola, alguns deles mesmo participando do programa ainda tiram notas baixa, ainda agem erradamente às vezes na escola, mais na maioria das vezes, a maioria deles tem sim alcançado um resultado melhor com isso.

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme o Quadro 24, detectamos que o sujeito 1 não sabe exatamente quantas escolas estão envolvidas, relatando que são mais de duas escolas, enquanto o sujeito 2 relata que seu Núcleo atende uma única escola. As respostas são contraditórias indicando falta de conhecimento dos sujeitos. Em função deste desconhecimento, pode comprometer seu desempenho em relação aos objetivos do projeto.

Quadro 24: Escolas envolvidas nos Núcleos do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Escolas envolvidas	Quantas escolas envolvidas no Núcleo?
1	2 escolas	Recentemente eu sou chegado aqui, creio que são mais de duas escolas.
2	1 escola	Uma apenas escola, porque como o bairro aqui é pequeno só tem apenas uma escola na verdade.

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando perguntado quantas escolas envolvidas no Quadro 25, o sujeito 1, aponta o nome de seis escolas e ainda coloca que tem alunos que se deslocam de escolas mais distantes localizadas no Bairro de Paratibe. O Sujeito reforça que dar prioridade aos alunos da proximidade do Núcleo. O sujeito 2, reafirma que tem apenas uma escola envolvida no Núcleo. Verificar-se que o núcleo Parque do Sol atende um número de alunos de várias escolas enquanto que o núcleo do esplanada atende apenas uma escola.

Quadro 25: Escolas envolvidas no Programa Segundo Tempo

Sujeito	Escolas envolvidas	Quais as escolas envolvidas?
1	6 escolas	Maria Socorro Machado, José da Paixão, mais tem os meninos que vem lá do Paratibe, essas escolas que são mais distantes daqui, Fundação Bradesco, CPDAC, Antônio do Socorro, Dom Marcelo, o privilegio é das escolas mais próximas.
2	1 escola	Escola Anísio Teixeira

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 26, os sujeitos falaram que o público atendido é formado de crianças e adolescentes filhos de família de baixa renda, carentes, oriundos das escolas municipais, estaduais e alguns alunos de escolas particulares próximas dos núcleos. Caracterizando assim o processo de inclusão do programa, sem distinção de poder econômico e social.

Quadro 26: Público atendido pelos Núcleos do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Público atendido	Qual é o público atendido pelo Núcleo?
1	Estudantes de Baixa renda	São o pessoal das escolas mais próximas do Centro de Esporte do Muçumagro, pessoas de baixa renda, mais carente.
2		São os alunos da escola, tem alguns que não estudam nessa escola e também participam.

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados do quadro 27, demonstram que são atendidos 100 e 70 alunos nos Núcleos 1 e 2, respectivamente, e são registrados uma frequência média de 75%, mostrando assim que apesar dos núcleos oferecem 100 vagas, as mesmas não são preenchidas.

Quadro 27: Número de Crianças e adolescentes atendidos pelos Núcleos do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Nº de crianças e adolescentes atendidos	Quantas crianças e adolescentes são atendidas pelo Núcleo?
1	70-100	Mais de 100 crianças, atualmente frequência média 80 a 70 crianças atendidas
2		70 crianças e adolescentes

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 28, quando interrogados sobre as mudanças ocorridas no comportamento dos participantes com relação à interação social, os sujeitos professores responderam que as crianças mudaram principalmente na escola, o comportamento deles melhorou, a comunicação ficou melhor e mais acessível, também a questão do respeito aos colegas e professores, as brigas diminuíram, isso vem mostrar que o programa tem contribuído para uma maior interação social.

Portanto verificamos conforme as palavras de Paulo Freire (2001 s. p), que:

A Educação é indispensável para a ação política e social graças a seu poder de transformação da linguagem (persuasão). O intercâmbio dialético assumiu a natureza política do processo educativo, pensando em política como as ações e relações de interdependência que as pessoas mantêm em conjunto, sabendo que as pessoas necessitam de interação e que têm uma necessidade de socialização. Assim, nesta idéia de dependência mútua podemos entender que a transformação social deve ser de fato entendida como um processo histórico: construção social, numa relação de intrínseca interligação do todo, isto é, da sociedade toda (mobilidade social).

Quadro 28: Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à interação social

Sujeito	Mudanças de Vida	Quais as mudanças que surgiram na vida das crianças e adolescente a partir das práticas esportivas, no que se refere a interação social?
1	Educacional e Atitudinal	Principalmente a educacional, o comportamento deles melhorou muito, a integração ficou maior, a comunicação ficou melhor entre os participantes, ficou mais acessível entre eles.
2	Social	Com relação a interação social: é a questão do respeito, a questão das brigas que haviam muito, haviam muito mesmo, pelo menos quando eu cheguei aqui eles brigavam até pela uma bala (bombom) que passava perto deles, então hoje isso mudou bastante mesmo, essa interação é fundamental.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 29, o sujeito 1, demonstrou ter dificuldade para falar sobre as mudanças ocorridas na vida dos participantes do Programa com relação à formação da cidadania, se colocou de forma confusa, parecia não demonstrar ter clareza sobre formação cidadã. O sujeito 2, resumiu a formação da cidadania ao respeito, ficando focalizado o respeito como a base de tudo. Na verdade cidadania envolve respeito em diversas frentes, conforme declara esse sujeito. Portanto as mudanças afirmadas no que tange a formação da cidadania são: mudanças no relacionamento, no respeito entre eles, evitando brigas e conflitos, melhoria da qualidade de vida através da prática esportiva, preparação para toda a vida aos direitos e deveres de cada indivíduo. As respostas dos sujeitos estão de acordo com as noções de cidadania na educação, apontada por Zizemer (2006, p. 118), vem “buscando-se o desenvolvimento do aluno numa convivência respeitosa, livre, democrática, favorecedora da curiosidade em aprender, tanto sobre os acontecimentos históricos e científicos já desenvolvidos como a criação de novos conhecimentos”.

Quadro 29: Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à formação da cidadania

Sujeito	Quais as mudanças que surgiram na vida das crianças e adolescente a partir das práticas esportivas, no que se refere à formação da cidadania?
1	A formação cidadã que eles venham ganhar mais qualidade de vida com o projeto, a formação cidadã que a gente passa para ele, os exemplos que a gente passa para eles, eles vão se adequando, a cidadania deles em casa vem melhorando também, buscando o melhor para eles ganhar mais qualidade de vida com esse projeto.
2	Olha só, eu acho que eu costume falar sempre isso para eles o respeito ele é a base de muitas coisas, porque a parti do respeito tudo acontece da melhor forma, se eu respeito você, a gente vai caminhar junto bem e sempre, se eu não te respeitar a gente vai tá brigando, vai tá entrando em conflito o tempo todo, então isso contribui bastante, se a gente for analisar quase todas as perguntas e respostas, elas levam a uma mesma coisa, o respeito entre eles, o bom relacionamento, eu acho que isso prepara eles para a vida lá fora, eles começam a trabalhar a questão do respeito aqui, que levam para casa, que vem de casa, que leva para a escola que vem para a escola e assim eles levam para toda a sua vida.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 30, quando se refere às mudanças ocorridas na vida dos sujeitos com relação à melhoria da qualidade de vida, as falas dos sujeitos são vazias, confusas. O sujeito 1 não apontou mudanças, enquanto o sujeito 2, evidencia o bem estar mental e físico. O bem estar constitui um dos resultados esperados na vida das crianças e adolescentes que frequentam o programa. Os sujeitos vislumbram a

profissionalização e estão buscando se tornarem futuros profissionais da modalidade futebol, melhoria no condicionamento físico, psicológico e social.

As falas dos sujeitos contemplam uma melhoria da qualidade de vida através da participação no programa e estão condizentes com características para o esporte educacional, com uma filosofia de valorização e promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes através da prática desportiva, enquanto processo de formação de cidadãos íntegros e ativos.

Quadro 30: Mudanças ocorridas na vida dos sujeitos em relação à melhoria da qualidade de vida

Sujeito	Mudanças	Quais as mudanças que surgiram na vida das crianças e adolescente a partir das práticas esportivas, no que se refere a melhoria da qualidade de vida?
1	Melhoria da qualidade física e futebol	Buscando o melhor para eles ganhar mais qualidade de vida com esse projeto a prática esportiva o que eles mais pedem é o futebol a gente tá no país do futebol, eles buscam melhoria da qualidade com o futebol.
2		Com relação à melhoria da qualidade de vida: sem dúvida até porque o esporte, ele, o exercício físico em geral eles nos traz esse bem estar, então se você for comparar o menino sedentário, o menino que não faz nada, o menino que vem da escola para casa, computador vídeo game, é muito diferente do menino que vai para escola que vem para um programa como esse, que faz atividade física, onde sua, onde transpira. Onde tem um o bem estar, eu posso dizer que por completo tanto mental como físico.

Fonte: Pesquisa de Campo

No quadro 31, Promoção da inclusão social, detectamos nas falas dos entrevistados que o Programa Segundo Tempo possibilita que todos que participam das suas ações sejam acolhidos e tratados sem distinção. Nesse sentido, o programa trabalha com os aspectos da diversidade como meio de promover a igualdade respeitando a diversidade de várias naturezas, como renda, geracional, étnica, de cor, dentre outras, promovendo a participação nas atividades esportivas, caracterizando assim a inclusão social.

Quadro 31: Promoção da inclusão social

Sujeito	Inclusão	De que modo o programa promove a inclusão social?
1	Ampliando vagas Divulgando o programa	A acessibilidade da população, o projeto é um projeto sério que busca essa qualidade de vida melhor, eles tem dificuldade de acesso não tem dificuldade não, ele é bem divulgado, bastante comentado na escola de forma que eles vem divulgando entre eles que todos possam participar do programa, todos de baixa renda, aumentando mais a possibilidade de eles praticarem, o número de vagas dá acesso aqueles que queiram vir participar aqui, aumentando mais a possibilidade participar algum esporte para não ficar sem fazer nada e não ficar nas ruas.
2	Acolhendo as diversidades	Só o fato da gente receber e acolher crianças de todas as idades e etnias, eu posso dizer brancos, pretos, pardos, mulatos, gordos, magros, enfim já promove sem dúvidas.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 32, conforme a fala do sujeito 1, a falta de interação da população com o programa dificulta promover a inclusão social, a comunidade precisa se informar e participar. O sujeito 2, informa que não existe dificuldade nenhuma. Apesar das colocações, observamos que o programa promove a inclusão social independente das dificuldades.

Quadro 32: Fatores que dificultam o Programa Segundo Tempo promover a inclusão social

Sujeito	Quais os fatores que dificultam o Programa Segundo Tempo promover a inclusão social?
1	A acessibilidade da população, o projeto é um projeto sério que busca essa qualidade de vida melhor, acho que a população tem que interagir mais, a falta de interação da população com o programa que dificulta promover mais a inclusão social, a população precisa se informar mais e participar mais do programa.
2	Olha sinceramente não, olha assim há dificuldades entre eles, de algumas discussão de brigas, mas pela questão de um jogar mais outro jogar menos e tal, mas eu acredito que não há não há dificuldade de um aceitar o outro por um é mais magro outro é mais gordo, um é mais feio outro mais bonito, não existe dificuldade não.

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme a fala dos sujeitos expostas no quadro 33, os técnicos afirmam ter recebido material necessário para a realização das atividades, no entanto é preciso reposição dos materiais, uma vez que algumas bolas são extraviadas e ficam com uma quantidade menor para desenvolver as atividades propostas. Isso demonstra

que apesar de receberam o material necessário, existe uma necessidade de reposição dos materiais extraviados, essa não reposição em tempo hábil prejudica o bom andamento do programa, principalmente com relação às bolas.

Quadro 33: Material esportivo para realização das atividades

Sujeito	Material esportivo	Vocês receberam material esportivo para a realização das atividades do Programa?
1	Sim	Sim, mais recebeu apenas uma vez, mais precisamos de mais materiais, porque algumas bolas são perdidas é preciso mais materiais.
2		Sim sem dúvida.

Fonte: Pesquisa de Campo

Detectamos no Quadro 34, que o material é suficiente para atender a demanda das atividades prática, porém, depois de algum tempo ele é reduzido, principalmente as bolas de futebol, se faz necessário que o material seja complementado e como sugestão “de seis em seis meses”.

Quadro 34: Material suficiente para realização das atividades do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Material disponível	O material foi suficiente para atender à demanda do Núcleo?
1	Insuficiente	No começo sim mais depois do passar do tempo o material é reduzido, é preciso mais. Sugestões que o material pudesse ser distribuído de seis em seis meses, procurar saber se o material é suficiente, se fosse possível enviar o material de seis em seis meses.
2	Suficiente	Sim, claro.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 35, nas respostas dos entrevistados foram constatadas que o material é suficiente para atender a demanda das atividades e de excelente qualidade. As respostas estão de acordo com Linhas Estratégicas do Programa. As atividades serão desenvolvidas de forma a possibilitar “a melhoria da qualidade pedagógica do ensino de atividades esportivas educacionais, principalmente pela oferta contínua de capacitação, de materiais didáticos e esportivos adequados e, ainda, de acompanhamento e avaliações permanentes” (BRASIL, ME).

Quadro 35: Qualidade do material recebido no Programa Segundo Tempo

Sujeito	Qualidade do material	Qual a qualidade do material recebido?
1	Boa qualidade	A qualidade é muito boa o material é excelente, isso aí não tem o que reclamar não.
2		São muito bons, são de qualidade.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 36, sobre a contribuição do reforço alimentar para as crianças e adolescentes, observamos nas respostas dos entrevistados que o lanche oferecido é um fator que colabora para que as crianças participem, pois serve para mantê-los no bem estar e repor as energias durante e depois das atividades práticas. Embora, segundo o Sujeito 2, eles se envolveriam mesmo que não tivesse o lanche, principalmente pelo esporte.

Quadro 36: Contribuição do reforço alimentar para as crianças e adolescentes do Programa Segundo Tempo

Sujeito	Contribuição do reforço alimentar	Fale sobre o reforço alimentar e sua contribuição para as crianças e adolescentes?
1	Repor energias	Acho que é importante, algumas crianças vem aqui sem tomar o café da manhã, muitos não tem café da manhã em casa, chega aqui tomam esse café da manhã ficam muito satisfeito, é muito bom para eles praticar esporte tendo alimento para depois repor as energias. Com certeza é um fator que contribui muito que as crianças participem também.
2	Bem estar	Olha, nós que trabalhamos com crianças devemos se preocupar com a questão do líquido e ingestão de alimento, a atividade começa aqui das 07:00 horas vai até 10:30, 11:00 horas da manhã, então são várias horas de exercícios, onde é necessário essa alimentação, então contribui no sentido de mantê-los no bem estar. Olha, sinceramente é claro que o lanche é importante, na hora do lanche é motivo de festa, mais eu acho mesmo sem o lanche eles viriam, pelo esporte, pela bola, porque eles gostam, é agradável atividades, eles gostam eles viriam.

Fonte: Pesquisa de Campo

Destacamos a observação de uma professora Sujeito 2:

Na verdade esse programa esportivo social é muito importante, onde eu já fiz até um seminário a respeito dele, é algo que contribui influencia diretamente na vida dessas crianças, porque esse tempo ociosos que as crianças teriam sem o programa, livre na rua sem fazer nada, é motivo é momento para eles fazerem coisas ruins, coisas erradas, o tempo que eles estariam livres, ociosos sem terem

o que fazer, eles estão aqui aprendendo, estão jogando, eles estão sorrindo, estão brincando eles estão se divertindo além das práticas das modalidades, vôlei, basquete, ainda tem as brincadeiras iniciais as dinâmicas de preparação de aquecimento então isso a gente ver no olhar da criança, a gente ver no comportamento das crianças o quanto faz bem o quanto é divertido entendeu então no mais é isso.

4.2.3 Análise das Entrevistas dos alunos do Programa Segundo Tempo

Na análise das entrevistas do Público do Programa Segundo Tempo, observamos os seguintes aspectos: como conheceram o programa, contribuição para mudanças na sua vida ou rendimento escolar, como está a convivência com os outros depois de participarem no programa, melhoria na saúde e autoestima, contribuição do programa para a inclusão social.

A tabela 1 demonstra que o nível escolar dos entrevistados é composto de 01 aluno na 2ª série, 04 alunos na 4ª série, 05 alunos na 5ª série, 01 aluno na 6ª série e 01 aluno no Programa Acelera, totalizando 12 pessoas entrevistadas.

Tabela 1: Distribuição de alunos entrevistados nos dois Núcleos do Programa Segundo Tempo por nível escolar

Série dos alunos	Parque do Sol f	%	Esplanada f	%	Total de alunos nº	%
2ª Série	-	-	1	8,33	1	8,33
4ª Série	1	8,33	3	25,00	4	33,33
5ª Série	3	25,00	2	16,66	5	41,66
6ª Série	1	8,33	-	-	1	8,33
Acelera	1	8,33	-	-	1	8,33
Total	6	50,0	6	50,00	12	100,00
	12	100,00	12	100,00		100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela 2 detectou que 07 alunos conheceram o programa através dos amigos, 01 por iniciativa própria, 02 através da professora do Programa Segundo Tempo e 01 convidado pelo irmão, portanto fica claro que a divulgação entre a comunidade é um fator que influencia um maior número de participantes.

**Tabela 2: Meio de conhecimento do Programa Segundo Tempo (múltiplas repostas)
pelos sujeitos**

RESPOSTAS	Parque do Sol f	%	Esplanada F	%	Total de alunos nº	%
Através dos amigos	02	15,38	05	38,46	07	53,84
Por iniciativa própria	-	-	01	7,69	01	7,69
Através da Professora do segundo tempo	01	7,69	01	7,69	02	15,38
Convite do irmão	03	23,07	-	-	03	23,07
Subtotal	06	46,15	07	53,84	13	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Observamos, na tabela 03, que 09 alunos afirmaram ter melhorado as notas, 07 alunos o comportamento, 03 a educação e convivência, 06 os estudos, 12 melhoraram na escola, 02 aprenderam a jogar futebol. Ainda, 06 relataram que aprenderam alguma coisa e 02 relataram que não houve mudanças. Esse resultado corrobora com os objetivos do programa de formação cidadã e melhoria da qualidade de vida.

As respostas dos participantes corroboram com os resultados esperados do Programa, como demonstrado:

- Melhoria no convívio e na integração social dos participantes;
- Melhoria da autoestima dos participantes;
- Melhoria das capacidades e habilidades motoras dos participantes;
- Melhoria das condições de saúde dos participantes;
- Aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais;
- Melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física pedagogia ou esporte envolvidos (BRASIL, ME).

Tabela 3: Mudanças ocorridas após a participação no Programa Segundo Tempo

RESPOSTAS	Parque do Sol f	%	Esplanada f	%	Total de Alunos* nº	%
Não houve mudança	02	3,57	-	-	02	3,57
Aprendeu alguma coisa	02	3,57	04	7,27	06	10,71
Aprendeu a jogar futebol	02	3,57	-	-	02	3,57
Melhorou os estudos	01	1,78	01	1,78	02	3,57
Ser mais solidários	01	1,78	-	-	01	1,78
Melhorou a convivência	-	-	03	0,53	03	0,53
Melhorou a educação a	-	-	03	0,53	03	0,53
Melhorou na escola	06	10,71	06	10,71	12	21,42
Melhorou os estudos	04	7,27	02	3,57	06	10,71
Melhorou na educação	-	-	03	0,53	03	0,53
Melhorou no comportamento	03	0,53	04	7,27	07	12,50
Melhorou as notas	04	7,27	05	8,92	09	16,07
Subtotal	25	44,64	31	55,35	56	100,00

Fonte Pesquisa de Campo

*Alguns entrevistados deram mais de uma resposta

A tabela 4 esclarece que 12 sujeitos enfatizaram que conheceram mais pessoas, adquiriram mais amizade, melhoram a saúde, 05 diminuíram as brigas, 11 melhoraram a autoestima e 01 declarou não saber das mudanças ocorridas, então isso demonstra a contribuição para uma melhor convivência social entre os participantes. Isto confirma as palavras de Paulo Freire (2001 s. p),

Que o homem é um ser histórico, constituído socialmente, que aprende por meio da interação com o seu meio: indivíduos pertencentes ao mesmo local e tempo. Assim sendo, de acordo com as idéias desse educador, devemos sempre ter em mente que a “leitura de mundo precede a leitura da palavra”, ou seja, que o educando já tem uma vida social que antecede a escola. Desta forma, o educando já percebe e age sobre suas experiências existenciais, o mundo de suas primeiras leituras de “textos”, palavras, letras, ou seja, experiências orais, ideais, gestos.

O que esse educando precisa é então do apoio de um educador que o estimule ou provoque ainda mais o desenvolvimento do seu raciocínio crítico.

Tabela 4: Mudanças ocorridas com relação à convivência com os sujeitos após a participação no Programa Segundo Tempo

REPOSTAS	Parque do Sol f	%	Esplanada f	%	Total de alunos *	%
Adquiriu mais amizade, conheceu mais pessoas	06	0,22	06	0,22	12	29,26
Brigava muito e diminuiu	-	-	05	5,00	05	12,19
Melhorou a saúde	06	0,22	06	0,22	12	29,26
Melhorou a alta estima	05	12,19	06	15,00	11	26,82
Não sabe	01	2,43	-	-	01	-
Subtotal	18	43,90	23	23,00	41	100,00

Fonte Pesquisa de Campo

*Alguns entrevistados deram mais de uma resposta

Observa-se na Tabela 5, que os entrevistados declaram serem o ambiente, o material e o professor bons, conforme estabelecido pelas orientações do Programa.

Conscientes dessa nossa postura de formadores de opiniões, por meio do estímulo, da reflexão, da crítica e da troca de idéias. Devemos ter a consciência de que somos mediadores ou ainda mobilizadores que alavanca as mudanças sociais. Para tanto, devemos ter por base um viés filosófico educacional que leve em conta os aspectos epistemológicos que abordam o conhecimento de forma interdisciplinar e respeitam o tempo de cada aluno, conduzindo-o há uma compreensão não somente à leitura de palavras, mas, sobretudo à leitura de mundo (PAULO Freire apud DUARTE, BARBOZA, 2007).

Tabela 5: Com relação ao ambiente das atividades, professor e material utilizado no Programa Segundo Tempo

RESPOSTAS	Parque do Sol f	%	Esplanada f	%	Total de alunos	%
O ambiente das atividades é bom	06	16,66	06	16,66	12	33,33
O professor é bom/legal	06	16,66	06	16,66	12	33,33
O material é bom	06	16,66	06	16,66	12	33,33
Subtotal	18	50,00	16	44,44	36	100,00

Fonte Pesquisa de Campo

Os dados apresentados na tabela 6 demonstram que 12 alunos relataram que o Programa ajuda os jovens, 04 responderam que aprenderam a jogar futebol, 01 relatou que não tem discriminação, pode ser negro, rico, pobre, todos são aceitos, 11 constataram que o programa contribui para a inclusão social e 01 não soube informar. Percebe-se que o programa promove a inclusão social, não discrimina e oferece oportunidade para as práticas esportivas.

Tabela 6: Contribuição do Programa Segundo Tempo para a Inclusão Social

RESPOSTAS	Parque do Sol f	%	Esplanada f	%	Total de alunos*	%
Ajudando os jovens	06	20,68	06	20,68	12	41,37
Aprendendo a jogar futebol	04	13,79	-	-	04	13,79
Contribui	06	20,68	05	17,24	11	37,93
Não sabe	01	3,44	-	-	01	3,44
Recebendo crianças sem discriminar, pode ser preto, rico, pobre	-	-	01	3,44	01	3,44
Subtotal	17	58,62	12		29	100,00

Fonte Pesquisa de Campo

*Alguns entrevistados deram mais de uma resposta

Observamos, na tabela 7, que os 12 alunos declaram que o lanche era bom e contribuía para permanência nas atividades, 01 relatou que se sentia melhor com lanche, 01 descreveu que não participaria das atividades se não tivesse o lanche. Então observamos a contribuição do lanche como reforço alimentar é estímulo para participação dos sujeitos no programa.

Tabela 7: Reforço alimentar e sua contribuição para os participantes do Programa Segundo Tempo

RESPOSTAS	Parque do Sol f	%	Esplanada F	%	Total de alunos*	%
O Lanche é bom	06	22,22	06	22,22	12	44,44
O Lanche é massa	-	-	01	3,70	01	3,70
A gente se sente melhor com o lanche	-	-	01	3,70	01	3,70
O lanche contribui para que você participe das atividades	06	22,22	06	22,22	12	44,44
Não participava das atividades se não tivesse o lanche	-	-	01	3,70	01	3,70
Subtotal	12	44,44	15	55,55	27	100,00

Fonte Pesquisa de Campo

*Alguns entrevistados deram mais de uma resposta

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Segundo Tempo da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), desenvolvido por meio da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), desde 2005, tem mudado a vida de crianças e adolescentes, proporcionando a inclusão social através da prática esportiva em 68 núcleos educacionais de esporte na capital, com o apoio do Governo Federal, por meio do Ministério dos Esportes, conforme constatado na pesquisa realizada com os sujeitos Gestores e os alunos matriculados e participantes.

O público atendido pelo programa são alunos de baixa renda das escolas públicas municipais, estaduais e alguns alunos de escolas privadas próximas dos núcleos, numa média de 75 (setenta e cinco) nos dois núcleos. São crianças e adolescentes carentes, na faixa etária recomendada dos 08 aos 16 anos, no entanto foram absolvidos crianças e adolescentes com outra faixa de idade, para não ficarem ociosos, mostrando assim a contribuição do Programa para inclusão independente de sua faixa etária. Os critérios para inserção no programa são que os mesmos estejam matriculados nas escolas e frequentando as atividades do Programa no contra turno escolar, demonstrando assim a preocupação com a educação formal e não só com a prática desportiva. Observou-se que apesar de ter demanda a meta não é atingida, faltando maior divulgação e melhoria nos espaços destinados as atividades.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas aplicadas junto aos gestores, equipe técnica e alunos integrantes do programa, detectamos nas entrevistas que o Segundo Tempo promove inclusão social, absorvendo todos, independente de suas diferenças, sem discriminação de sexo, cor, raça, etnia, aspectos econômicos e culturais, mostrando, portanto a importância do programa, corroborando com as determinações da Convenção Internacional Contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Social (ONU, 1968).

Com relação aos resultados alcançados pelas crianças e adolescentes, a pesquisa demonstra que o programa tem obtido impacto no crescimento do rendimento escolar, no processo de socialização, no rendimento da parte física, na prática do futebol, nas mudanças de atitudes (alterações das atitudes de

comportamentos explosivos por respeito, mudanças nos hábitos de xingamentos e queixas). Constatamos que os participantes acordam mais cedo para praticar as atividades, ocupando o tempo ocioso, evitando que fiquem expostos à violência, com as atividades desenvolvidas, estão aprendendo, jogando, brincando, se divertindo através de atividades desportivas, contribuindo assim para melhoria da condição física, educacional, diminuição da violência, dos riscos sociais e reforço nutricional, que são objetivos do Programa. A natureza política do processo educativo contribui com as ações e relações de interdependência que as pessoas mantêm em conjunto, compreendendo que as pessoas necessitam de interação e que têm uma necessidade de socialização. Assim, nesta ideia de dependência mútua podemos entender que a transformação social deve ser de fato entendida como um processo histórico de construção social, numa relação de intrínseca interligação do todo, isto é, da sociedade.

Em relação à formação da cidadania, a pesquisa constatou que os integrantes do Programa já têm consciência sobre os seus direitos e deveres, observamos principalmente na parte educacional, como os depoimentos afirmam a importância do esporte, não só para a vida escolar como para a socialização da vida coletiva, já que essa ação possibilita maior interação e convivência, bem-estar do corpo e da mente, resolução de conflitos e convivência com regras e a vida institucional, melhorando a qualidade de vida pessoal.

De acordo com os entrevistados, detectamos que as práticas desenvolvidas nos núcleos são futebol, futsal, voleibol e basquete e jogos de tabuleiros como dama e xadrez, com o objetivo de integração, ocupação do tempo ocioso das crianças e adolescentes proporcionando adquirir mais qualidade de vida através do esporte. Os Núcleos não dispõem de todos os equipamentos necessários para desenvolver os jogos coletivos, fazendo com que haja improvisação utilizando outros equipamentos, entretanto são trabalhados os fundamentos independentes dos problemas existentes. As atividades desenvolvidas nos jogos intelectuais são em menor quantidade, porque o interesse dos alunos é relacionado às atividades com bolas, tendo como objetivo a integração, o respeito aos colegas, a acolhida com os novos integrantes, entre outros fatores.

Percebemos que não são desenvolvidas atividades complementares nos dois núcleos tais como: reforço escolar, programação cultural e orientação em

questões de saúde, conforme previsto nas orientações do Programa Segundo Tempo.

Os dados com relação às mudanças ocorridas na interação social, detectados, foi principalmente no fator educacional, relacionados à melhoria no comportamento, na integração, na comunicação, maior respeito entre os mesmos, diminuição das brigas, proporcionando assim um melhor relacionamento entre os participantes.

Como ponto negativo detectamos que nas instalações, dos dois núcleos existe a falta de banheiros para realização da higiene pessoal e bebedouro, nos dias que chove não é possível realizar as atividades, os alunos e professores não tem onde guardar os seus materiais durante as atividades, e as escolas não facilitam o acesso para os integrantes do Programa. É necessário também no Núcleo onde são desenvolvidas atividades de futebol de campo que seja providenciado chuteiras, uma vez que a comunidade é carente e não tem recurso para aquisição desse material, o que contribui para a diminuição do número de participantes. Outros fatores que coopera para diminuição dos alunos são projetos existentes na comunidade tais como: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Mais Educação, Escola Aberta.

A pesquisa conseguiu identificar as contribuições das práticas esportivas educacionais do Programa Segundo Tempo no Município de João Pessoa, para a formação cidadã e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, no tocante ao esporte, para a mudança de comportamento em relação ao convívio, integração social, (família, escola, comunidade) e saúde; identificando a contribuição do programa para inclusão social.

Observamos que, apesar dos pontos negativos e críticos o programa tem alcançado seus objetivos ao democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, principalmente os que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. **Cidadania e democracia**. In: *Lua Nova: Revista de Cultura Política*. São Paulo: CEDEC, 1994, n.33, p. 5-16.

BOTO, C. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República**. In: *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 38, São Paulo, 1999.

BRANDÃO. C. R. **O que é educação**, 33ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado**. Caderno III: Desenvolvimento Institucional. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

_____. Ministério do Esporte – **Histórico**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Lei nº 9.981**, de 14 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 7.083/2010**. Institucionaliza a criação do Programa Mais Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Segundo Tempo no Mais Educação**. (2010). Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/default.jsp>>. Acesso em: 18 set. 2013

_____. **Resolução nº 5: Políticas Nacional do Esporte**. Brasília: Diário Oficial da União, n. 157, 2005. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/resolucoes/resolucaoN5.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília 1999. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/politica-nacional-esporte/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. **Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Medida Provisória Nº 1.794**, de 31 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1794-8.htm>. Acesso em: 13 dez. 2011.

_____. **Plano Nacional de Educação** (1996). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

_____. **Política Nacional do Esporte**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. **Política Nacional do Esporte**. Conferência Nacional do Esporte, texto V, 2005. Brasília: Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/textoVPoliticaNacionalEsporte180106.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

Cidadania, Disponível em <http://www.webciencia.com/18_cidadania.htm>. Acesso em: 11 jun. 2013.

CORRÊA, D. **A Construção da Cidadania**. Reflexões Histórico-Políticas. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DALLARI, D. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. de. Procedimentos Metodológicos para o Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo da Reflexão à Prática**. Maringá – PR: Editora Universidade Estadual de Maringá, 2009. p.p 207-236.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 30 jun. 2013.

DELORS, J. (Coord.). **Os quatro pilares da educação**. In: *Educação um tesouro a descobrir*. UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez, 1999. p. 89-102. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI).

DÓRIA, C.; TUBINO, M. J. G. **Avaliação da busca da cidadania pelo Projeto Olímpico da Mangueira**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30408.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2010.

D'URSO, L. F. B. **A Construção da Cidadania**. OAB-SP. 2005. Disponível em:

<http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88/>. Acesso em: 29 maio 2013.

DUARTE, A. C. de S.; BARBOZA, R. J. **Paulo Freire: o papel da educação como forma de Emancipação do indivíduo**. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia – ISSN: 1678-300x. Ano V – Número 09 – Janeiro de 2007 – Periódicos Semestral.

Disponível em:

<http://www.geledes.org.br/component/rsfiles/view?path=Paulo_Freire/Paulo_Freire_O_papel_da_educacao_como_forma_de_emancipacao_do_individuo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA, W. B. Direitos da Pessoa com Deficiência e Inclusão nas Escolas. In Zenaide, M. de N. T., et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores** (pp. 83-94). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

FLORES, E. C. A Construção da Cidadania: elementos para uma reflexão republicana. In: ZENAIDE, M. de N. T., et al. **Ética e cidadania nas escola**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. pp 25-50.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Educação para a autonomia em Paulo Freire**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/capitulo4.html>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e lutas Sociais: A construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo, Loyola, 1995.

JOÃO PESSOA. Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em:

<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/esporte/programaseacoes>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

MARSHAL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MELO, V. A. de; BRÊTAS, A; MONTEIRO, M. B. Fundamentos do Lazer e da Animação Cultural. In, OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo da Reflexão à Prática**. Maringá – PR: Editora Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 45-72.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. São Paulo. Petrópolis, 2003.

O Programa Segundo Tempo da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/programa-segundo-tempo-muda-a-vida-de-jovens-atraves-do-esporte/>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo da Reflexão à Prática**. Maringá – PR: Editora Universidade Estadual de Maringá, 2009.

ONU. **Convenção Internacional contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Social**, 1968. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_int_eliminacao_disc_racial.htm>. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. **Convenção dos Direitos da Criança** (1989). Disponível em:

<<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/Conteudold/c17c8956-dc66-4aa7-9a93-776896a56a37/Default.as>>. Acessado em: 10/01/2012.

PEQUENO, M. J. P. Ética e cidadania. In: ZENAIDE, M. de N. T. et al. **Ética e cidadania nas escola**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. pp. 19-24

RECUERO, J. A. C. **Investigando o Esporte como meio de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes em Situações de Risco**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, 2008.

SIEGEL, N. **Fundamentos da Educação: Temas Transversais e Ética**. Associação Educacional Leonardo da Vinci. Indaial: Ed. ASSELVI, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** (1994). Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien)**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>.

Acesso em: 13 dez. 2011.

ZIZEMER, J. S. **A construção da cidadania na escola pública: avanços e Dificuldades**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Passo Fundo, 2006. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=Joseida+Sch%C3%BCtt+Zizemer+A+CONSTRU%C3%87%C3%83O+DA+CIDADANIA+NA+ESCOLA+P%C3%9ABLICA%3A+AVAN%C3%87OS+E+DIFICULDADES+Disserta%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR>>.

Acesso em: 13 jun. 2013.

APÊNDICES

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

1. ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

1. Quando o Programa Segundo Tempo foi iniciado em João Pessoa?
2. Quais as contrapartidas do Estado da Paraíba?
3. Quais os níveis de apoio do ME?
4. Como se dá o repasse da União para Estados e Municípios?

2. PÚBLICO

- Fale sobre a demanda potencial para o programa e o universo atendido.
- Fale sobre as escolas?
- O núcleo atende crianças de quais escolas e quais os critérios?
- Quais os números de crianças atendidos pelo Núcleo?
- Quantas escolas envolvidas no Núcleo?

4. DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

- De que modo o programa promove a inclusão social?
- Quais os fatores que dificultam o Programa Segundo Tempo promover a inclusão social?
- Na sua opinião, quais são os pontos negativos e positivos do Programa Segundo Tempo?

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM EQUIPE TÉCNICAS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

1. ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

- 1.1. Como você conheceu o Programa Segundo Tempo em João Pessoa?
- 1.2. Desde quando trabalha no Programa Segundo Tempo em João Pessoa?

2. EQUIPE

- 2.1. Como foi o processo de seleção da equipe técnica do Programa?
- 2.2. Quem são os membros da equipe do Núcleo?

3. OBJETIVOS E RESULTADOS

- 3.1. Descreva as práticas que são desenvolvidas do Programa Segundo Tempo no Núcleo e com que objetivos.
- 3.2. Quais os resultados alcançados do Programa Segundo Tempo no Núcleo?

4. PÚBLICO

- 4.1. Quantas escolas envolvidas no Núcleo?
- 4.2. Quais as escolas envolvidas?
- 4.3. Quem é o público atendido pelo Núcleo?
- 4.4. Quantas crianças e adolescentes são atendidas pelo Núcleo?

5. DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

- 5.1. De que modo o programa promove a inclusão social?
- 5.2. Quais os fatores que dificultam o Programa Segundo Tempo promover a inclusão social?

6. MATERIAL ESPORTIVO

- 6.1. Vocês receberam material esportivo para a realização das atividades do Programa?
- 6.2. O material foi suficiente para atender à demanda do Núcleo?
- 6.3. Qual a qualidade do material recebido?

7. REFORÇO ALIMENTAR

- 7.1. Os alunos receberam reforço alimentar durante as atividades do Núcleo

ROTEIRO DA PESQUISA COM O ALUNO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

I PARTE – Dados sócio demográficos

1. Núcleo do Programa _____
2. Nome da Escola: _____
3. Qual a sua série: _____
4. Data de Nascimento: _____
5. Possui algum tipo de deficiência? _____ Qual? _____

II PARTE - Roteiro

1. Fale como você conheceu o Programa Segundo Tempo?
2. Desde quando participa do Programa Segundo Tempo?
3. Quais as práticas esportivas educacional oferecidas pelo programa segundo tempo?
4. Em qual horário são realizadas as atividades oferecidas?
5. Além das práticas esportivas, houve a oferta de atividades complementares? Quais?
6. O que mudou após a participação no programa?
7. O programa contribui para mudança na sua vida, e rendimento escolar?
8. Como contribuiu, o que melhorou na sua vida escolar?
9. Como está a convivência com os outros depois que você está no programa?
10. Em relação à saúde como você se sente?
11. Atividades desenvolvidas no Programa Segundo Tempo contribui para melhoria da auto estima?
12. O que você acha do ambiente, das atividades, do professor, do material?
13. De que modo o programa contribui para a inclusão social?

FACULDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DE MESTRADO

PESQUISA: FORMAÇÃO CIDADÃ: OBJETO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E A PRÁTICA ESPORTIVA EDUCACIONAL DE QUALIDADE EM JOÃO PESSOA

Pesquisadora Responsável: Prof.^a Dra. Marisete Fernandes de Lima

Pesquisador Graduando: Antonio Gomes Filho

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa **FORMAÇÃO CIDADÃ: OBJETO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E A PRÁTICA ESPORTIVA EDUCACIONAL DE QUALIDADE EM JOÃO PESSOA** está sendo desenvolvida por Antonio Gomes Filho, aluno do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade Lusófona de Humanidades de Lisboa/Portugal, sob a orientação da professora Dra. Marisete Fernandes de Lima.

O objetivo deste trabalho é verificar a contribuição das práticas esportivas educacionais do Programa Segundo Tempo no Município de João Pessoa, para a interação efetiva, o desenvolvimento integral, formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes participantes do programa.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o engrandecimento da investigação científica, a aplicação em potencial das descobertas e a formação educacional de futuros profissionais e pesquisadores.

Solicitamos a sua autorização para participar deste estudo, e que os resultados obtidos possam ser apresentados em eventos da área de educação e/ou publicação em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora, se assim, desejar.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para colaborar com a pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de 2012

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o Pesquisador Antonio Gomes Filho

Endereço: Rua Prof. Wilson Dias Novo, 100, Jardim São Paulo – João Pessoa/PB

Telefone: (83) 99722676 / (83) 87873717

E-mail: toinhogomes3@bol.com.br

Atenciosamente,

Antonio Gomes Filho